



## BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Representação do Banco no Brasil, COF/CBR

CONCLUSÕES DA REUNIÃO DE REVISÃO DO PCR REALIZADA EM: 23 de maio de 2007

**PCR DEL PROYECTO:** Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro – PROAP (BR-0250)  
**Presentado por:** Cláudia Nery (COF/CBR)

### LOGRO DE LOS OBJETIVOS Y METAS/COMENTARIOS AL INFORME:

#### OBJETIVOS Y METAS

Pela leitura do PCR se entende que o Programa atingiu seus objetivos, destacando nesta oportunidade a importância do bom desenho da Operação que continua atual, inclusive como subsídio para a preparação da fase III do PROAP, pretendido pelo Governo Municipal. Ressaltou-se apesar de não ter sido implementado na plenitude o sistema de monitoramento do Programa, o Banco teve condição a partir dos estudos elaborados pela empresa Diagonal, de identificar importância de dados que comprovam o alcance dos objetivos de desenvolvimento, para o qual foi demonstrado que as informações do PCR utilizaram toda a base de dados disponível, com a limitação da ausência de linha de base.

#### COMENTÁRIO AO PCR

O PCR corresponde ao esperado. No entanto, deverá ser ajustado conforme as recomendações indicadas abaixo.

#### Recomendações

1. Enfatizar que o projeto gerou novas idéias, abordagem integrada entre o social e infra-estrutura, que vem servindo de referência para outros projetos do Banco;
2. Custo por família: considerando a importância do destaque dos custos médios por família nos loteamentos e favelas, sugere-se a consolidação das informações que são apresentadas no sub-item 4.3 do item II e Fatores Negativos do item IV (a);
3. Fazer referência aos aspectos ambientais – PCR deve informar sobre os aspectos ambientais do Programa no que diz respeito tanto à CEDAE como às ações de recuperação ambiental e educação ambiental e sanitária e aspectos a elas correlacionados, apresentando os aspectos que funcionaram adequadamente e aqueles que requeiram maior atenção em eventuais próximas etapas do Programa.
4. Programas de Geração de Renda – o PCR e as avaliações realizadas pelo DataBrasil e pela AGRAR não justificam que se fale sobre o grande êxito destas atividades. O número de capacitações realizadas não diz nada sobre sua qualidade. O PCR deve apresentar dados mais consistentes sobre os resultados e impacto destas ações ou então revisar as seções correspondentes para enfatizar apenas o alcance de metas físicas.

### LECCIONES APRENDIDAS:

As Lições Aprendidas foram consideradas satisfatórias, acrescentando/revisando o abaixo indicado:

- Contexto do Programa – Enfatizar o caráter inovador do Programa no momento em que foi concebido, dadas suas características de projeto integrado e que passou a ser referência para outros projetos do Banco no setor;
- Seguimento, Avaliação e Definição da Linha de Base - Destacar que embora a metodologia de coleta de informações para linha de base e a metodologia para seguimento e avaliação do programa já estivessem desenhadas e definidas na primeira fase, nunca foram completamente implantadas e implementadas naquela fase e, portanto, o Banco deveria ter exigido que a implantação do sistema e a organização das informações de linha base fosse uma condição prévia ao primeiro desembolso da segunda etapa.
- Aspectos Institucionais - Destacar a ação de COF/CBR quanto à decisão estratégica de dar um tratamento transversal à CEDAE, considerando que esta na atualidade está envolvida em três projetos do Banco e encontra-se com dificuldades de cumprir o seu papel. O Banco assinou junto à CEDAE uma cooperação técnica que visa o fortalecimento institucional da mesma;
- Componentes ou atividades a agregar numa eventual 3ª. fase – Considerou-se que entre outros temas que se considerem pertinentes no momento, o próximo projeto deverá contemplar um componente de violência;

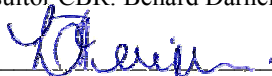
- Mobilização comunitária e participação social - Embora tenha havido avanços significativos nas ações de mobilização e participação comunitária, o PCR mostra que ainda há um longo caminho a percorrer neste tipo de projetos em que as obras e seu calendário têm precedência sobre as ações sociais financiadas. Consolidar melhor a experiência social adotada no projeto, tendo em vista que faltou esforço para a implementação das ações previstas no Programa;
- Pousos – dado o caráter estratégico dos pousos para várias atividades de seguimento, tanto ambiental como do processo de regularização urbanística e fundiária, se recomenda que uma eventual terceira etapa do Programa contemple mecanismos que garantam a sua instalação e adequado funcionamento nas áreas sob intervenção.
- Titulação – considerando as dificuldades de alcançar as metas previstas nos projetos do Banco e o fato de que a maioria do programas do Banco se defronta com dificuldades nesta área, sugere-se realizar um estudo que analise diferentes experiências do Banco nesta área, tanto as bem sucedidas quanto as sem êxito, buscando identificar as razões que facilitam ou impedem o alcance das mesmas.

**PARTICIPANTES EN LA REUNIÓN:**

Por COF/CBR: Jorge Luis Lestani, Cláudia Nery, Lílían Pena, Patrícia Bakaj e Mônica Merlo.

Por HQ: Raul Tuazon (RE1/RE1), Márcia Arieira (RE1/SO1), Arcindo Santos (RE1/SO1), José Brakarz (SED/SOC), Bernadete Buchsbaum (LEG), Carolina Piedrafita (RE2) e Maria Regina Conomos (DEV/DEV)..

Consultor CBR: Benard Darnel.



Lílían Pena  
Secretária

Aprovado: \_\_\_\_\_



Jorge Luis Lestani  
Sub-representante



# Relatório de Término de Projeto

---

## PCR

**Nome do Projeto:** Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro, “Favela Bairro” – Segunda Etapa (PROAP II)

**País:** Brasil

**Setor/Subsetor:** Desenvolvimento Urbano - DU

**Equipe de Projeto Original:**

José Brakarz (RE1/SO1) Chefe; Tomás Engler (RE1/SO1); Arcindo Santos (RE1/SO1); Bernadete Buchsbaum (LEG); Juan Francisco Reyes (COF/GBR); Kenia Mendoza (RE1/SO1); Márcia Arieira (RE1/SO1); e Ana Maria Paz da Silva (RE1/SO1).

**Número(s) de Empréstimo(s), CT(s):** 1241/OC-BR (BR0250)

**Data do CRG:**

**Data de Aprovação Final:**

**Equipe PCR: Autor(a) Principal e Membros:**

Cláudia Nery, Especialista Setorial, COF/GBR,  
Mônica Merlo, Especialista Financeiro, COF/GBR;  
Benard Darnel, Consultor

## **Acrônimos e Abreviações**

ACR	Assessória de Captação de Recursos Externos da SMF
AEIS	Áreas de Especial Interesse Social
ARE	Assessoria de Recursos Externos
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CEF	Caixa Econômica Federal
CIEDS	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável
CENPEC	Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária
CEMASI	Centro Municipal de Atendimento Social Integrado
COMLURB	Companhia de Limpeza Urbana
CENATA	Central de Atendimento ao Trabalhador Autônomo da SMDS
CRAS	Coordenadorias Regionais de Assistência Social
FGV	Fundação Getulio Vargas
GEAP	Grupo Especial de Assentamentos Populares
GEORIO	Fundação Instituto de Geotécnica do Município do Rio de Janeiro
IPTU	Imposto Predial de Território Urbano
PASI	Plano de Ação Social Integrada
ONG	Organização Não Governamental
OIE	Orientação para Integração Econômica (PMRJ)
OSC	Organização da Sociedade Civil
POUSO	Postos de Orientação Urbanística e Social da Coordenaria de Acompanhamento da Secretaria Municipal de Habitação - SMH
PROAP	Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro
SMAC	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SMDS	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SMTb	Secretaria Municipal do Trabalho

## Índice

I.	Informação Básica .....	4
II.	O Projeto .....	8
	a. Contexto do Projeto.....	5
	b. Descrição do Projeto.....	8
	i. <i>Objetivo(s) de Desenvolvimento</i> .....	10
	ii. <i>Componentes</i> .....	8
	c. Qualidade do Ingresso de Informação (se aplicável).....	12
III.	Resultados .....	11
	a. Resultados .....	11
	b. Externalidades.....	12
	c. Produtos.....	13
	d. Custo do Projeto.....	19
IV.	Implementação do Projeto .....	20
	a. Análise de Fatores Críticos.....	20
	b. Desempenho do Mutuário/ Agência Executora.....	20
	c. Desempenho do Banco .....	20
V.	Sustentabilidade.....	23
	a. Análise de Fatores Críticos .....	23
	b. Riscos Potenciais.....	22
	c. Capacidade Institucional .....	22
VI.	Monitoramento e Avaliação .....	24
	a. Informação de Resultados.....	24
	b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post .....	24
VII.	Lições Aprendidas .....	23
<b>Anexos</b>		
ANEXO 1A e 1B.	Custo de Projeto por Componente e por Fonte de Financiamento	25
ANEXO II	Ata do Seminário de Encerramento e Anexos	27
ANEXO EA 2A	Programa do Seminário	29
ANEXO EA 2B	Lista dos Participantes	30
ANEXO EA 2C	Avaliação do Seminário	31
ANEXO EA 2D	Síntese dos Resultados do Seminário	32
ANEXO III	Avaliação do Mutuário	37
ANEXO IV	Avaliação dos Resultados do PROAP II	40
ANEXO V	Ficha – Regularização Fundiária, Favela Quinta do Caju (PROAP I)	48
ANEXO VI	Alteração Contratual Nº1 Contrato 1241/OC-BR	53
ANEXO VII	Nota sobre investimentos por domicílio – favelas vs. loteamentos	59

## I. Informação Básica

### DADOS BÁSICOS (MONTANTES EM US\$)

<b>Nº PROJETO:</b>	<b>BR0250</b>	<b>TÍTULO:</b> Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro, "Favela Bairro" (PROAP II)
<b>Mutuário:</b> Município do Rio de Janeiro		<b>Data da Aprovação pelo Diretório:</b> 15 de Março de 2000
<b>Agência Executora (AE):</b> Secretaria Municipal de Habitação (SMH)		<b>Data da Efetividade do Contrato de Empréstimo:</b> 19 de Março de 2000
<b>Empréstimo (s):</b> 1241/OC-BR		<b>Data da Elegibilidade do Primeiro Desembolso:</b> 27 de Julho de 2000
<b>Sector:</b> Desenvolvimento Urbano - DU		<b>Meses em Execução:</b>
		* Desde a aprovação: 78
<b>Instrumento de Empréstimo:</b>		* Desde a efetividade do contrato: 78
<b>Empréstimo Global para Obras Múltiplas</b>		
		<b><u>Períodos de Desembolso</u></b>
		<b>Data Original de Último Desembolso:</b> 29 de Março de 2004
		<b>Data Atual de Último Desembolso:</b> 29 de Setembro de 2006
		<b>Extensão Acumulada (Meses):</b> 30
		<b><u>Montante do Empréstimo(s)</u></b>
		* Montante Original: US \$ 180.000.000
		* Montante Atual: US \$ 180.000.000
		* <b>Pari Passu:</b> BID 60, LOCAL 40
		Houve Redirecionamento de recursos de [ ] para [ ] este projeto?
		[NA ] N/A
		<b>Montante US\$:</b>
		<b>Número (s) de Projeto e/ ou sub-empréstimo para onde foram redirecionados:</b>
		<b>Numero de Projeto(s) ou subempréstimo de onde foram redirecionados:</b>
		<b>Montante US\$:</b>
		<b><u>Desembolsos</u></b>
		* Montante atual: (100%)
		<b>Custo total do projeto (estimativa original):</b> US\$ 300,000,000
		<b><u>Em estado de "Alerta"</u></b>
		<b>Está o projeto "em alerta" no PAIS:</b> Não
		<b>Caso afirmativo, favor indicar motivos (Classificações OD, PI, e/ou indicadores relevantes de PAIS):</b>
		<b>Comentários de relevância da classificação de alerta deste projeto (se aplicável):</b>

### Resumo da Classificação do Desempenho

OD	<input checked="" type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)
PI	<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)
SU	<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)

## **II. O Projeto**

### **a. Contexto do Projeto e Resumo Executivo**

#### **1. Antecedentes**

**1.1** Como ocorre na maioria das grandes cidades dos países da América Latina, ao longo dos últimos trinta anos, Rio de Janeiro também vem sofrendo o grave problema de urbanização informal e desordenada, decorrente das ondas migratórias do campo para a cidade que acompanhou a crescente industrialização do país a partir da década de 70, a modernização da agricultura e a expansão de outros setores da economia. Em tempos mais recentes, essas correntes migratórias do campo para os grandes centros urbanos diminuíram, porém, cederam espaço para migrações inter e intra-urbanas, não menos acentuadas, de grandes contingentes populacionais de baixa renda na busca de lugar para morar e oportunidades de trabalho e de sustento.

**1.2** Em Rio de Janeiro, este fenômeno de ocupação desordenada do solo para fins de moradia deu-se de uma maneira especial, denominada favela. As populações carentes constituídas por migrantes, bem como das segundas e até terceiras gerações de moradores irregulares radicados na região, tomaram posse de áreas desocupadas principalmente em zonas de risco e nos morros da Cidade. Construíram seus abrigos com diferentes formas de acabamento, desde barracos até casas de dois ou três andares em alvenaria e concreto, ocupando o espaço de forma caótica, sem planejamento, na maioria dos casos em áreas não destinadas a expansão urbana, em zonas alagáveis ou morros rochosos e quase sempre desprovidas de mínima infra-estrutura básica urbana. Ao decorrer dos anos, a favela carioca acabou se impondo como realidade e processo irreversível. Medidas do poder público municipal, tomadas em períodos passados, para conter o crescimento das favelas e loteamentos irregulares do Rio de Janeiro mediante a remoção e o reassentamento de famílias em conjuntos habitacionais longe da cidade não tiveram o êxito almejado como estratégia viável e solução permanente.

**1.3** Em 1991, a região metropolitana de Rio de Janeiro contava com 5.5 milhões de habitantes dos quais aproximadamente 800 mil viviam em favelas e 300 mil em loteamentos irregulares, representando 20% da população total da cidade. Para o intervalo de cinco anos, o censo demográfico do IBGE de 1996, revelou um crescimento médio de apenas 0,26% ao ano para a cidade como um todo. Já os resultados do Censo de 2000 revelam um crescimento de 1,33 % ao ano para toda população, ou seja, uma taxa cinco vezes maior que durante o período anterior, e um aumento de 1,6% para 3,5% da taxa de crescimento da população dos setores subnormais. Apesar de que, entre 1996 e o ano de 2000, o Censo indica taxas negativas de crescimento nas favelas da zona sul, o mesmo período foi caracterizado por taxas elevadas de crescimento nas demais áreas de adensamento urbano, - acima de 10% na Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Anchieta e Pena e até 24% na região de Santa Cruz. Não há estatísticas oficiais para o ano 2006. Entretanto, estima-se que da população aproximada de 6,1 milhões de Rio de Janeiro, 1.700.000 pessoas ou 28% vivem em aglomerações urbanas irregulares e/ou em comunidades já beneficiadas pelo Programa Favela Bairro.

#### **2. A Política e Estratégia de Intervenção**

**2.1** Respalçado pela Lei Complementar nº 16 de 04 de junho de 1992, que institui o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro, criou-se, em 1993, o Grupo Executivo de Programas Especiais para Assentamentos Populares – GEAP (constituído por oito secretarias e sete entidades municipais de Rio de Janeiro), tendo como objetivo propor uma política habitacional para o Município e iniciar ações para reverter o quadro da crescente degradação urbana. Essa iniciativa, por sua vez, deu origem ao Programa Favela Bairro.

**2.2** Inserido no escopo da nova política habitacional do município do Rio de Janeiro, definiu-se que o Favela Bairro teria como objetivo a integração urbanística das favelas como condição para a integração na sociedade de seus moradores. Nesse contexto conceitual, o Favela Bairro visava não apenas a implantação de melhorias urbanísticas, compreendidas as obras de infra-estrutura urbana, tais como saneamento básico, pavimentação, acesso viário, a recuperação e/ou preservação de áreas verdes, o reassentamento de famílias localizadas em áreas de risco ou ao longo dos logradouros necessários para caminhos, ruas, canais de drenagem e outras obras públicas, mas também de acessibilidade e criação de equipamentos urbanos de cunho social e a organização de uma estrutura urbana onde as camadas da população excluídas dos serviços públicos passam a se integrar na dinâmica funcional da cidade, transformando as comunidades faveladas em bairros urbanizados.

**2.3** No início dos trabalhos, em 1994, a recém criada Secretaria Municipal de Habitação e entidade principal responsável para implementar o Favela Bairro, organizou um concurso público em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil, com objetivo de estabelecer as metodologias mais apropriadas de intervenção em 18 favelas, e por meio do qual 15 firmas de arquitetura foram selecionadas para criar, junto com equipes multidisciplinares da Prefeitura e outros profissionais do setor privado, os primeiros projetos urbanísticos do Favela Bairro.

**2.4** Nessa iniciativa destacam-se vários elementos de estratégia que contribuíram para o sucesso do Programa. Pela primeira vez, arquitetos de prestígio e outros profissionais do ramo urbanístico se dedicaram a projetar para as camadas pobres da população do Rio de Janeiro num empreendimento de regularização urbanística inédito no mundo em termos de escala e grau de complexidade. O planejamento foi conduzido em diálogo, passo a passo, com os moradores, suas organizações e os demais envolvidos ou afetados pelo projeto. Ao contrário de programas anteriores e, excetuando os casos de reassentamento de famílias localizadas em áreas de risco ou áreas demarcadas para obras públicas, excluiu-se de antemão a possibilidade de derrubar as casas supostamente inferiores dos moradores. Como o objetivo do Favela Bairro era o de fortalecer e ampliar as estruturas urbanísticas e com isso, também as sociais, o trato respeitoso com os moradores e com as construções existentes tornou-se elemento fundamental da nova estratégia. Outro elemento importante do Programa era o estabelecimento nas favelas de Postos de Orientação Urbanística - POUSOS para ajudar os moradores nas suas intervenções, a criação de um Centro Profissionalizante para artesões, técnicos e estudantes visando à formação de mão de obra qualificada, e o apoio ao estabelecimento de cooperativas e locais para organizar o setor comercial das comunidades. Esses elementos, aliados ao processo de implantação da infra-estrutura urbana, a regularização fundiária nas favelas, e as demais atividades urbanísticas e sociais promovidas pela Prefeitura em cooperação com os moradores, associações e organizações da sociedade civil, constituíram e continuam sendo a base estratégica e operacional do Favela Bairro para transformar e elevar as aglomerações populacionais das favelas em comunidades regularizadas e, pelos próprios moradores e as vizinhanças, reconhecidos como bairros da Cidade.

### **3. O PROAP I**

**3.1** Iniciado em 1994, com recursos próprios da Prefeitura, o Favela Bairro recebeu impulso adicional através do Empréstimo 898/OC-BR no valor de US\$ 180 milhões, com contrato assinado com a Prefeitura do Rio de Janeiro em dezembro de 1995. Esses recursos, junto com o montante de US\$ 120 milhões de contrapartida local, formalizaram o Programa de Urbanização de Assentamentos Populares – o PROAP I, permitindo uma expansão significativa do Favela Bairro para atender um total de 54 favelas (incluindo as 19 já sendo beneficiadas pela Prefeitura). O PROAP I também incorporou obras de infra-estrutura básica em 8 loteamentos irregulares, de um total de 135 preliminarmente identificados durante a Missão de Análise mas dos quais a metade já tinha sido beneficiada ou tinha obra em andamento no âmbito de outros programas da Prefeitura.

**3.2** Além dos componentes de urbanização de favelas e da regularização dos loteamentos, o Projeto incluiu um componente para estabelecer um sistema de monitoramento e avaliação bem como ações de educação sanitária e ambiental e de geração de renda para os moradores das comunidades beneficiadas, e uma série de ações de fortalecimento institucional da SMH e da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS.

**3.3** O PROAP I encerrou-se em dezembro de 2000, alcançando quase a totalidade das metas contempladas, as que posteriormente foram concluídas com recursos do PROAP II, incluindo a conclusão da tarefa mais complexa de regularização urbanística e de propriedades. O PROAP I concluiu 284 obras em 38 favelas e as obras em 8 loteamentos, beneficiando uma população de 262.000 pessoas (20% a mais que previsto). Entre os resultados não previstos, o Programa avançou na implementação dos POUSOs, criou os Garis Comunitários, e avançou para formalizar a criação dos Agentes Comunitários.

**3.4** Pesquisas realizadas entre 1998 (DATABRASIL, 1998) e 2004 (AGRAR 2004), demonstram de forma contundente os impactos positivos do Programa no melhoramento da quantidade e qualidade dos serviços urbanos. Nas pesquisas de 2003/2004 da AGRAR numa amostra de favelas atendidas no PROAP I com as obras concluídas, o índice dos moradores que declararam haver melhorado a qualidade de vida alcançou 82%. Finalmente, vale salientar que o PROAP I serviu como um grande laboratório que permitiu consolidar o Favela Bairro, transformar conceitos de desenvolvimento urbano em realidade, demonstrar a viabilidade do Programa, e identificar lições importantes para aprimorar o processo em sintonia com os resultados almejados.



#### **4. O PROAP II**

**4.1** O PROAP II, entrou em operação no primeiro semestre do ano 2000, com a assinatura de um novo contrato de empréstimo (1241/OC-BR) em 19 de março de 2000, e com valores do financiamento e de contrapartida idênticos ao PROAP I. Vale salientar, que no momento da assinatura do novo contrato, o PROAP I ainda encontrava-se no último ano de execução. Apesar da superposição das duas operações durante o ano 2000, não houve duplicação de esforços, ao contrário, o procedimento evitou o hiato indesejável de descontinuidade administrativa e operacional que ainda ocorre em alguns projetos com segundas ou terceiras etapas.

**4.2** O objetivo básico do PROAP II era semelhante ao do Programa anterior; entretanto, com base na experiência e nas lições do PROAP I, incorporou-se um componente de Atenção a Crianças e Adolescente e outro visando a Geração de Trabalho e Renda. Um quarto componente, Desenvolvimento Institucional, o que permitirá o aperfeiçoamento e a aplicação de um sistema abrangente de monitoramento e avaliação do Programa Favela Bairro, ações de capacitação de funcionários da Prefeitura, a capacitação de organizações da sociedade civil, e ações visando à difusão do Programa junto à opinião pública e às comunidades.

**4.3** Dos investimentos em custos diretos, 84% foi previsto para urbanização de 52 favelas e 5 loteamentos, beneficiando diretamente um número estimado de 56,000 famílias de um universo de mais de 300,000 pessoas. Com o incremento contínuo da taxa de câmbio US/BRL de 1:1,73, em março de 2000, para 1:2,90 em março de 2004, foi possível aumentar as metas do Projeto, entretanto, a ampliação repercutiu no prazo de execução, prorrogado em 24 meses. Porém, no período de março de 2004 até a sua finalização, o Projeto foi afetado pelo fenômeno inverso da queda da taxa cambial para 1: 2,15 na atualidade. Até o final de Setembro de 2006, o PROAP II atendeu 75,796 famílias em 62 favelas e 16 loteamentos com projetos de urbanização integrada, superando as metas previstas. Um dos loteamentos foi excluído, por não atender os critérios de seleção. No momento do último desembolso, obras em oito favelas e dois loteamentos ainda estavam em execução tendo a conclusão prevista até o final do ano, financiadas com recursos da contrapartida local. Quanto à regularização fundiária, 86% dos projetos com obras concluídas estavam com o processo de alinhamento e reconhecimento de logradouros públicos em andamento, o qual obrigatoriamente precede a possibilidade de finalizar a inscrição dos domicílios no cadastro imobiliário. O custo médio dos investimentos por domicílio na urbanização das favelas do PROAP II ficou em US\$ 2.752, sendo 28% inferior ao valor médio de US\$ 3.800 previstos no Regulamento Operativo. Por outro lado, o custo médio na urbanização dos loteamentos ficou em US\$ 4.060, 56% superior ao custo médio, decorrente de investimentos adicionais não previstos originalmente.

**4.4** Na área social, o Componente de Atenção a Crianças e Adolescentes atualmente atende diariamente 8.500 crianças de 0 a 4 anos em 39 creches, com alimentação supervisionada e sob o cuidado de profissionais capacitados. O Componente criou 86.000 vagas para o atendimento de crianças e adolescentes em risco, atendeu e preparou 1.658 adolescentes como Agentes Jovens, e capacitou 1.541 mulheres como vigilantes da exclusão social. No Componente Geração de Trabalho e Renda foram atendidos 15.890 alunos e 16.400 trabalhadores com cursos profissionalizantes, instaladas e colocadas em operação 6 cooperativas e 30 centros de informática, beneficiando, até o final de setembro de 2006, 97.685 pessoas; 12.868 pessoas foram atendidas pelo sub-componente de complementação escolar. Todas as metas previstas foram alcançadas ou superadas.

**4.5** O Componente de Desenvolvimento Institucional permitiu o aperfeiçoamento e a aplicação de um sistema abrangente de monitoramento e avaliação do Programa Favela Bairro. Nesse componente também foram concluídas ações de capacitação de funcionários da Prefeitura, foram administrados cursos para capacitar organizações da sociedade civil prestando serviços para as comunidades e ao Programa, e efetuadas articulações da Comunicação Social.

**4.6** Diversos elementos contribuíram para o sucesso na implementação do Projeto: (i) Compromisso da Prefeitura com o Favela Bairro e prioridade mantida após as eleições municipais no final do ano 2000; (ii) continuidade administrativa após as eleições municipais no final de 2004; (iii) criação, em novembro de 2002, da Secretaria Executiva do PROAP como articuladora da SMH para o Programa, concentrando o poder de decisão numa só unidade do SMH, facilitando a coordenação entre as diversas Secretarias e entidades municipais envolvidas na execução; (iv) a boa administração do Executor, (v) a experiência, competência e dedicação das equipes do Executor e dos co-executores, (vi) a qualidade da supervisão e desempenho satisfatório das empresas de supervisão apesar de muitas dificuldades; (vii) o aporte oportuno de recursos de contrapartida, apesar da valorização do Real frente ao Dólar nos últimos dois anos,

(contrário à situação durante os primeiros quatro anos); (viii) o apoio da gerenciadora e a eficácia do sistema de gerenciamento administrativa/financeiro que permitiu acompanhar centenas de contratos, ações e pagamentos e uma boa e confiável administração contábil-financeira do Projeto; e (ix) o apoio e acompanhamento do Banco.

**4.7** Das externalidades negativas fora do controle do Executor, houve uma deterioração geral das condições de segurança relacionado com o tráfico de drogas que caracteriza também a situação em muitos outros bairros pobres de grandes cidades do país. Outro elemento que pode incidir na sustentabilidade dos benefícios do Favela Bairro é o crescimento das favelas, tanto pela taxa de natalidade que continua sendo mais elevada nos bairros pobres que nas outras áreas da Cidade, como pela chegada de novos migrantes atraídos, em parte, na esperança de ser beneficiado pelo Programa. Dos demais elementos do contexto político, social e econômico, as condições de estabilidade político e econômico no país favoreceram a execução do Projeto. Das externalidades políticas de ordem local, vale salientar que apesar de alterações no Executivo Municipal em 2001, o Programa se manteve como prioridade.

**4.8** Durante todo o período de execução do programa, foram grandes as dificuldades de interação entre a Prefeitura e a CEDAE, o que ocasionou atrasos na implementação das obras, no recebimento por parte da CEDAE das obras concluídas, bem como na operação e manutenção dos sistemas construídos pelo Programa.

**4.9** O Programa sofreu diversos ataques advindos da mídia, ora por questões meramente políticas, ora pela insatisfação da população pela falta de operação dos sistemas instalados.

## **5. Conclusão**

Pelo anterior e pelas informações revisadas na preparação do presente PCR, pode se concluir que o PROAP II alcançou suas metas e seus objetivos. Essa conclusão é corroborada pela pesquisa de avaliação de 2004/2005, que demonstra que na percepção da população beneficiada os resultados da urbanização integrada do PROAP são consistentes com os da etapa anterior, acrescidas ainda de importantes intervenções na área social, os quais deverão ser ampliadas em futuras etapas. Considerando a situação antes e depois da intervenção e os benefícios alcançados do PROAP I e II, o Favela Bairro merece ser visto como um novo paradigma na “arte do possível” na área de desenvolvimento urbano para aglomerações de populações de baixa renda.

## **b. Descrição do Projeto**

### **i. Objetivo(s) de Desenvolvimento**

#### **Anexo A:**

Melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda que vive em favelas e loteamento irregulares (conjuntamente denominadas “os assentamentos”) da Cidade do Rio de Janeiro, combinando investimentos em infra-estrutura com ações de desenvolvimento social.

#### **Marco Lógico e ISDP:**

Melhorar a qualidade de vida da população urbana de baixa renda de Rio de Janeiro, aumentando a disponibilidade e cobertura dos serviços urbanos e sociais em favelas e loteamentos irregulares da Cidade do Rio de Janeiro.

### **ii. Componentes**

O PROAP II é uma continuação e ampliação da primeira etapa, mas no qual o componente de infra-estrutura básica é complementado por programas sociais destinados à população de baixa renda, residente em favelas e loteamentos irregulares. O Projeto é constituído por quatro componentes, a seguir:

#### **1. Urbanização Integrada**

Trata-se do maior dos quatro componentes do Projeto com investimentos originalmente previstos de US \$211 milhões em:

- (a) Obras de Infra-estrutura (água, redes de esgoto, drenagem pluvial, redes de energia elétrica e iluminação pública, pavimentação de ruas e calçadas, eliminação de riscos de deslizamento de terras, e a construção de creches, centros comunitários, e quadras esportivas; e nos casos necessários o reassentamento ou indenização);
- (b) Ações de desenvolvimento comunitário, incentivando a participação das comunidades nas etapas de planejamento, execução e posteriormente na manutenção, tendo como mecanismo a implantação de Postos de Orientação Urbanística – POUSOS e ações educativas junto aos moradores;
- (c) Regularização fundiária, visando à demarcação dos lotes, preparação de projetos de alinhamento e loteamento, parcelamento, para permitir a regularização de propriedades pelos moradores. O número de favelas incluídas no Projeto foi aumentado de 52 para 62.

## **2. Atenção a crianças e adolescentes em risco**

É o componente de ações sociais envolvendo ações preventivas do risco social, dirigidas prioritariamente a crianças e jovens até 14 anos de idade e suas famílias, a favor daqueles que se encontram em situações de extremo risco. Os sub-componentes são:

- (a) Atenção à crianças de até 4 anos;
- (b) Atenção à crianças entre 4 e 6 anos;
- (c) Retenção escolar de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos;
- (d) A formação de agentes jovens;
- (e) Atenção à famílias com crianças beneficiadas pelo Programa; e
- (f) Atenção à crianças e adolescentes em situação de alto risco.

## **3. Geração de Trabalho e Renda**

Trata-se de outro componente de cunho social com ações visando aumentar a qualidade do perfil profissional da mão de obra e outras ações destinadas à geração de trabalho e renda, tendo os seguintes sub-componentes:

- (a) Capacitação especializada;
- (b) Apoio à gestão de unidades produtivas; e
- (c) Aumento da escolaridade.

Mediante alteração contratual Nº 1 de 9 de fevereiro de 2004 a atuação nessa área passou da Secretaria Municipal de Trabalho SMTb para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS.

## **4. Desenvolvimento Institucional**

Esse componente reúne três sub-componentes de caráter complementar:

- (a) O monitoramento e avaliação, cobrindo os resultados das ações do Órgão Executor e dos dois Co-executores (SMDS e SMF) (antes e depois das obras e ações sociais);
- (b) Estudos, capacitação e assistência técnica, (um estudo para caracterizar irregularidades urbanas para fins de planejamento e regulamentação; capacitação de pessoal da prefeitura municipal e OSCs, e assistência técnica para o SMDS na área de gestão e controle e das entidades prestadoras de serviços sociais); e
- (c) Comunicação social, visando à divulgação do Programa e promover a participação comunitária e apoio da sociedade civil.

## **c. Revisão da Qualidade do Desenho**

### **1. Desenho do Projeto**

O desenho do Projeto foi compatível com as metas e os objetivos previstos, entretanto deveria ter previsto um componente específico de regularização fundiária, com a devida alocação de recursos. Tratando-se de uma nova fase de um Programa existente, o Contrato de Empréstimo deixou de estabelecer uma disposição específica para garantir a preparação, em tempo oportuno, do sistema de monitoramento e avaliação do Programa, salvo a condição da Cláusula 4.08 (b) referente a avaliação intermediária. Também não ficou definida a linha base para a medição dos indicadores constantes do Marco Lógico.

### **2. Alteração Contratual**

Houve uma alteração do Contrato de Empréstimo 1241/OC-BR, efetivo a partir de 9 de fevereiro de 2004, introduzindo os seguintes ajustes:

- (i) Transferência da responsabilidade da implantação do Componente “Geração de Trabalho e Renda” da SMTb para a SMDS e, a fim de poder cumprir com a Lei Federal nº 9.394/96 e o Decreto Municipal nº 20.525/01 que estipula a responsabilidade pela educação infantil, a inclusão da Secretaria Municipal de Educação – SME para assumir a implantação do Sub-componente “Atenção a Crianças de até 4 anos” e, no mesmo sub-componente, a eliminação da ação “mães crecheiras”, sendo que a mesma ficou substituída pela capacitação oferecida pela SME;
- (ii) O ajuste da Cláusula 4.06 e do Anexo C do Contrato de Empréstimo, aditando o método de contratação de consultores, profissionais ou especialistas baseada na Qualidade (SBQ), acrescentando a opção de Seleção Baseada na Qualidade e no Preço (SBQP), conforme a política do Banco em vigor. (Cópia da Alteração Contratual Nº 1 encontra-se no Anexo VI).

#### **Revisão da Qualidade do Desenho (“Quality -At- Entry”)**

☐ Muito Satisfatório (MS)

☒ Satisfatório (S)

☐ Insatisfatório (I)

☐ Muito Insatisfatório (MI)

### III. Resultados

#### a. Efeitos Diretos

ALCANÇE DO (S) OBJETIVO(S) DE DESENVOLVIMENTO (OD)																					
Objetivo(s) de Desenvolvimento (Propósito)	Indicadores Chaves de Efeitos Diretos																				
<p>1.</p> <p>Melhorar a qualidade de vida da população urbana de baixo ingresso de Rio de Janeiro, aumentando a disponibilidade e cobertura de serviços urbanos e sociais em favelas e loteamentos irregulares da cidade. (Marco Lógico)</p> <p>Disponibilidade e cobertura dos serviços urbanos e sociais em favelas e loteamentos irregulares da Cidade do Rio de Janeiro aumentada (PPMR a partir de junho de 2004)</p>	<b>Efeitos Diretos Planejados:</b>		<b>Efeitos Diretos Obtidos</b>																		
	73.814 famílias, que não tinham acesso aos serviços, atendidas até o final do Programa em setembro de 2006 (PPMR Junho 2006) (71.892 famílias, PPMR de Junho 2004)		A disponibilidade e cobertura dos serviços urbanos de 62 favelas e 16 loteamentos previamente irregulares da Cidade do Rio de Janeiro, aumentada, beneficiando 75.796 famílias.																		
	(i) 75% dos moradores consideram que o Programa melhorou as condições de vida na favela;		(i e iii ) A avaliação realizada por uma empresa contratada em 2004/2005 em 26 favelas e 12 loteamentos pós-obra demonstra que a mediana das porcentagens de cobertura dos serviços depois da intervenção foi superior ao 80%, salvo em quatro variáveis. Isso significa que a metade das comunidades tem uma cobertura maior que esse percentual.																		
	(ii) 50% dos moradores consideram as condições de segurança melhoradas;		<b>Tabela 1</b>																		
	(iii) 90% dos moradores com acesso às casas por vias e caminhadas pavimentadas;		Mediana e Mínimo do percentual de cobertura dos serviços nas comunidades pós-obras segunda informação dos moradores																		
	(iv) valor das propriedades nas favelas aumentadas em pelo menos 80% em relação ao valor antes do Programa																				
	<b>Efeitos Diretos Obtidos (continuação)</b>																				
	(ii) A questão da segurança não foi apurada ouvindo e comparando moradores de favelas não beneficiadas e moradores de favelas beneficiadas, entretanto, foi realizada pesquisa de avaliação de dez variáveis da valoração da população referente à percepção da situação atual, pós-obras vivida na comunidade. (Variáveis: Segurança em relação à violência; segurança incêndio; limpeza das vias e entorno da casa; facilidade de transporte coletivo; acesso aos serviços de saúde; acesso à creche; acesso à escola; relação com os moradores do bairro vizinho.) A média das 38 comunidades ficou em apenas 6,4. Três comunidades ficaram com média inferior de 5,0 e 11 com média entre 7,0 e 8,0 portanto, permitindo a conclusão de um desamparo maior e impacto menor em relação a essas variáveis.																				
	(Informações adicionais da pesquisa Diagonal no Anexo IV Tabela 4 )																				
	<table><tr><th colspan="3">Tabela 3</th></tr><tr><th>Percepção dos moradores da situação na comunidade</th><th colspan="2">FAVELAS</th></tr><tr><th></th><th>ANTES</th><th>DEPOIS</th></tr><tr><td>Média</td><td>2.4</td><td>8.3</td></tr><tr><td>Máximo</td><td>3.4</td><td>9.0</td></tr><tr><td>Mínimo</td><td>1.7</td><td>7.5</td></tr></table>		Tabela 3			Percepção dos moradores da situação na comunidade	FAVELAS			ANTES	DEPOIS	Média	2.4	8.3	Máximo	3.4	9.0	Mínimo	1.7	7.5	
Tabela 3																					
Percepção dos moradores da situação na comunidade	FAVELAS																				
	ANTES	DEPOIS																			
Média	2.4	8.3																			
Máximo	3.4	9.0																			
Mínimo	1.7	7.5																			
Informações adicionais no Anexo IV																					

**Reformulação.**

Não houve reformulação do Projeto, entretanto a taxa de câmbio frente ao Real, até o final de 2004, permitiu uma expansão das metas físicas e sociais originalmente previstas, aumentando o número de favelas de 52 para 62 e de 5 para 17 loteamentos irregulares.

**PPMR Retrofitting.** Indicar se/como/quando o(s) objetivo(s) foram reformulados, e, descrever brevemente suas consequências, incluindo quaisquer mudanças nos indicadores/metas. Incluir como anexo a documentação aprovada pelo Diretório e/ou Representante, se for o caso.

Durante o 1º semestre de 2004, o texto do OD no PPMR foi ajustado; indicadores quantitativos de produtos da urbanização integrada foram acrescidos consistentemente com as metas estimadas de urbanização integrada

**Resumo do(s) Objetivo(s) de Desenvolvimento Classificação(OD)**

☒ **Muito Provável(MP)**     ☐ **Provável (P)**     ☐ **Pouco Provável (LP)**     ☐ **Improvável (I)**

Justifique brevemente a classificação de OD com base no grau de cumprimento das metas planejadas e explique as diferenças entre os efeitos diretos planejados e os alcançados, bem como outros fatores relevantes. Incluir referências às evidências que respaldem os referidos resultados.

Os resultados em relação aos indicadores chaves de efeitos diretos, que justificam a classificação "MP", estão corroborados pela pesquisa e Relatório Final do PROAP I, concluído em Agosto de 2004, pela Avaliação Intermediária do PROAP II concluída em Janeiro de 2003, e pela pesquisa de avaliação do PROAP II realizada em 2004 e 2005. (Resumido no Anexo IV)

**Estratégia de País:** A partir dos resultados acima discutidos, descrever brevemente como o projeto contribuiu à estratégia de país.

Os resultados do Projeto se enquadram nas estratégias da política de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio de Janeiro bem como nas estratégias do Banco para o Brasil, que preconizam, entre outros objetivos, a redução das desigualdades sociais e da pobreza. O enfoque do PROAP II é em investimentos dirigidos aos bairros mais pobres e serviços sociais para a população mais carente

**a. Externalidades****Externalidades positivas:**

- Interesse nacional e internacional na experiência do Favela Bairro como modelo de possível aplicação em outras cidades (exemplos de muitos):
  - Setembro 2003, Seminário IDB Washington, "Favela Bairro – 10 anos Integrando a Cidade;
  - Março 2004, Favela Bairro apresentado na Assembléia do BID, Lima, Peru;
  - Maio 2004, Favela Bairro apresentado na Conferencia BIRD "Redução de Pobreza" Shangai, China;
  - Nov. 2005, o conceito de POUSOs recebeu o "Premio Medellin à Transparência de Boas Práticas" conferido pela Fundação Habitat Colômbia.
- Prioridade para o Favela Bairro mantida após mudanças na Administração Municipal no início de 2001; Continuidade administrativa após s eleições municipais no final de 2004.
- Estabilidade econômica e política do país; consistência e previsibilidade de índice de custos na construção civil;
- Externalidades de benefícios do Favela Bairro relatados nos grupos focais da avaliação em 2004/2005 dos projetos sociais (veja Anexo IV Tabela 5)
- O Favela-Bairro (PROAP I) foi escolhido entre os melhores projetos do mundo apresentados na Expo 2000, em Hannover, Alemanha, maior evento internacional do final do milênio. O prêmio permitiu ainda que o Favela-Bairro use a logomarca do evento - Expo 2000 Hannover, Registered Project of the World Exposition Germany -, uma espécie de selo de qualidade e reconhecimento internacional.

**Externalidades negativas:**

- Aumento de problemas de segurança e violência relacionados com o tráfico de drogas em muitas comunidades do Programa;
- Excetuando-se as áreas da zona sul da Cidade, a elevada taxa de crescimento populacional nas aglomerações urbanas de população de baixa renda, afetando também as áreas já urbanizadas, e que, na ausência de controle, pode incidir sobre as perspectivas de sustentabilidade dos benefícios do Programa.



## b. Produtos

PROGRESSO NA IMPLEMENTACAO (PI)		
Componentes ("Outputs"):	Indicadores Chaves de Produto:	
<b>Componente 1</b> <b>Urbanização Integrada</b>	<b>Produtos Planejados</b> Atender, até o final do Projeto, 56,000 famílias em 52 favelas e 17 loteamentos, que não tinham acesso aos serviços. (Marco Lógico)	<b>Produtos Obtidos</b> 75.796 famílias atendidas em 62 favelas e 16 loteamentos;
<b>(a) Infra-estrutura Urbana e Social</b> <b>(i) Saneamento Básico</b> (água potável, esgoto sanitário, água pluvial)	<b>(a) Infra-estrutura Urbana e Social</b> <b>(i) Saneamento Básico</b> - 100% dos moradores servidos com água, esgoto sanitário, e rede de drenagem pluvial; <u>estimativa:</u> redes de água 425 km; redes de esgoto 430 km; redes de drenagem 232 km	<b>(a) Infra-estrutura Urbana e Social</b> <b>(i) Saneamento Básico</b> - 96% das moradias nas áreas com obras concluídas servidas com água e 90% de esgoto. água 398 km; esgoto 411km; drenagem 209 km; - 1,7 km <sup>2</sup> de vias pavimentadas.
<b>(ii) Ruas e Iluminação pública</b>	<b>(ii) Ruas e Iluminação pública</b> - 100% das ruas principais e 80% das secundárias pavimentadas; 100% das ruas principais e 60% das secundárias com iluminação pública; <u>estimativa:</u> Implantar 11.132 pontos de iluminação	<b>(ii) Ruas e Iluminação pública</b> - 9.890 pontos de iluminação implantados e funcionando;
<b>(iii) Riscos geológicos</b>	<b>(iii) Riscos geológicos</b> - 100 % das favelas com os principais riscos geológicos eliminados ou mitigados.	<b>(iii) Riscos geológicos</b> - 100% dos riscos eliminados ou mitigados dentro da área urbanizada.
<b>(iii) Equipamentos Sociais (Creches, Centros Comunitárias, Quadras Esportivas)</b>	<b>(iii) Equipamentos Sociais</b> - Cada favela ter pelo menos uma creche ou outra modalidade funcionando para atender crianças de 0 a 4 anos. 49 creches e 69 quadras esportivas implantadas; - Cada favela ter pelo menos uma quadra esportiva	<b>(iii) Equipamentos Sociais</b> - Todas as favelas têm pelo menos uma creche e uma quadra esportiva funcionando. 39 creches e 51 quadras esportivas estabelecidas.
<b>(b) Ações de Desenvolvimento Comunitário</b>	<b>(b) Ações de Desenvolvimento Comunitário</b>	<b>(b) Ações de Desenvolvimento Comunitário</b>
<b>(i) Participação comunitária no planejamento e na execução</b>	<b>(i) Participação comunitária no planejamento e na execução</b> - 100% das famílias de cada comunidade contatadas e convidadas a participar das atividades do Programa, das quais 50% participaram pelo menos 1 vez das reuniões e outras atividades comunitárias.	<b>(i) Participação comunitária no planejamento e na execução</b> - A participação comunitária ocorreu em todas as fases do projeto.
<b>(ii) Ações educativas para acompanhamento dos projetos, manutenção da infra-estrutura sanitária e social, proteção e conservação ambiental.</b>	<b>(ii) Ações educativas para acompanhamento dos projetos, manutenção da infra-estrutura sanitária e social, proteção e conservação ambiental.</b> - 75% dos moradores consideram que as condições de manutenção e limpeza das comunidades durante e depois do programa melhoraram	<b>(ii) Ações educativas para acompanhamento dos projetos, manutenção da infra-estrutura sanitária e social, proteção e conservação ambiental.</b> - O indicador faz parte do grupo de 10 variáveis pesquisadas. A média para as 38 comunidades, para todos variáveis era 6,4; o mínimo 4,6 e o máximo 8,0. (Veja Tabela IV do Anexo IV)
<b>Componente 1 (continuação)</b>		
<b>(iii) Instalação dos postos de apoio (POUSOS) para dar</b>		

<p><b>assistência técnica às comunidades durante a fase de consolidação.</b></p> <p><b>(c) Regularização Fundiária</b></p> <p>(i) Ações administrativas que permitam a regularização e o registro de propriedades por parte dos moradores</p> <p>Custo total do Componente 1:  Contraparte: US\$ 35.191.815,65  BID: US\$ 162.188.905,51  Desembolso BID: 100 %</p> <p><b><u>Classificação: (S)</u></b></p>	<p><b>(iii) Instalação dos postos de apoio (POUSOS) para dar assistência técnica às comunidades durante a fase de consolidação.</b></p> <p>- POUSOS instalados em 70% das favelas e atendendo à demanda de orientação urbanística</p> <p>Instalar 12 POUSOs (ISDP) Obs. 70% seria equivalente a 43 POUSOs)</p> <p><b>(c) Regularização Fundiária</b></p> <p>(c1) 100% das favelas e dos loteamentos declarados como Áreas de Especial Interesse Social, 6 meses depois da conclusão das obras.</p> <p>(c2) 100% de Projetos de Alinhamento e logradouros públicos reconhecidos, 6 meses depois de terminadas as obras.</p> <p>(c3) 100% dos domicílios nas favelas e loteamentos inscritos no cadastro imobiliário de imposto sobre a propriedade, 12 meses depois de concluídas as obras</p>	<p><b>(iii) Instalação dos postos de apoio (POUSOS) para dar assistência técnica às comunidades durante a fase de consolidação.</b></p> <p>- Em andamento. 18% das favelas atendidas com POUSO (11 POUSOS instalados e operando)</p> <p><b>(c) Regularização Fundiária</b></p> <p>(c1) Meta cumprida. 100% das favelas e 100% dos loteamentos irregulares declarados como Áreas de Especial Interesse Social.</p> <p>(c2) Em andamento, 86% dos Projetos de Alinhamento e logradouros públicos "em andamento" A conclusão prevista durante o 1º semestre de 2007.</p> <p>(c3) 0% dos domicílios nas favelas e loteamentos inscritos no cadastro imobiliário. A inscrição das propriedades depende da conclusão do alinhamento e estabelecimento dos logradouros públicos. (Veja Ficha de Regularização Fundiária, Favela do Caju, do PROAP I, Anexo V)</p>
---	---	--



**Explique brevemente diferenças entre os produtos planejados e os atuais (se aplicável).**

O Marco Lógico original estabeleceu apenas indicadores percentuais para as obras de integração urbana, posteriormente foram definidas metas quantitativas. Os quantitativos físicos foram introduzidos no PPMR a partir de junho de 2004, e foram sendo ajustados no decorrer da implementação do programa, como demonstra a comparação entre o planejado e o alcançado, ano a ano:

PRODUTO	Marco Lógico	ISDP Junho 2004	ISDP Dez. 2004	ISDP Junho 2005	ISDP Dez. 2005	ISDP Junho 2006	Realizado Final do Projeto
Redes de Água km	100% dos residentes com acesso à água, esgoto e drenagem	400	383	383	408	425	398
Redes de Esgoto km		400	376	376	413	430	411
Redes de Drenagem km		-	206	206	219	232	209
Pavimentação km2	100% vias principais, 80% vias secundárias.	1,36	1,25	1,25	1,22	1.23	1.17
Nº Postos de Iluminação	100% áreas principais 60% áreas secundárias iluminadas.	11.066	15.966	15.966	11,826	11,132	9.890
Nº de Creches	100% das favelas com pelo menos uma creche	59	52	52	52	49	39
Áreas Desportivas	100% das favelas com pelo menos uma área esportiva	70	79	79	68	64	51
POUSOS	POUSOS instalados em 70% das favelas e atendendo	14	11	12	12	11	11

Salvo as exceções das Creches, Áreas Esportivas e POUSOS, os valores "realizados" correspondem às expectativas do Marco Lógico de prover cobertura adequada em todas essas categorias. Segundo as informações do Executor, há casos em que uma creche ou uma quadra desportiva atende mais que uma favela, porém, trata-se de serviços, em particular, das creches, ainda insuficientes para atender toda demanda. Quanto aos POUSOS, os mesmos atendem toda população procurando o apoio e a orientação, entretanto, reconhece-se que o número de POUSOS deve ser aumentado.

**Uma observação pertinente do ISDP sobre o mesmo tema:**

"Cabe ressaltar que as alterações nos quantitativos previstos, ocorreram devido à complexidade dos processos de desapropriação e indenização em algumas comunidades, que impede o andamento pleno das frentes de trabalho. Nos casos de construção de creches e áreas desportivas, a dependência de desapropriação e indenização de terrenos/moradias é ainda mais marcante, refletindo-se na queda das metas quantitativas originalmente projetadas. Finalmente, as metas físicas até o final do Programa sofreram algumas alterações ao adequar as obras à realidade local que culminou com a aprovação de re- ratificações e aditivos para os contratos em andamento, bem como na modificação do atendimento das comunidades em virtude da situação de grande violência vivida nessas comunidades."

**Reestruturação.** Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente consequências dessas mudanças.

A taxa de câmbio frente ao Real, até o final de 2004, permitiu o aumento do número de favelas e loteamentos atendidos, não houve reestruturação do Componente. A expansão das metas afetou o número de famílias beneficiadas e, em parte contribuiu para a necessidade de aumentar o prazo de execução do Projeto.

<b>Componente 2:</b> <b><u>Atenção a Crianças e</u></b> <b><u>Adolescentes</u></b>	<b><u>Produtos Planejados</u></b>	<b><u>Produtos Obtidos</u></b>
<b>(a) Atenção a Crianças de 0 a 4 anos</b>  (i) Creches Infantis          (ii) Capacitação	<b>(a) Atenção a Crianças de 0 a 4 anos</b>  (i) Creches Infantis - 8.400 crianças atendidas por creches, correspondendo a 30% da demanda potencial. - 100% das creches proporcionam condições de atendimento nutricional e psico-social às crianças  (ii) Capacitação Pelo menos 75% dos profissionais que trabalham nas creches capacitados.	<b>(a) Atenção a Crianças de 0 a 4 anos</b>  (i) Creches Infantis - Meta superada, 8.589 crianças sendo atendidas, com monitoramento por um Núcleo específico de um total em 39 creches. - Todas as creches proporcionam, através de pessoal qualificado, condições de atendimento nutricional e psico-social às crianças.  (ii) Capacitação Conforme a LDB 9394/96, a educação infantil é integrado ao sistema de educação. Todos

<p><b>(b) Apoio a Crianças de 4 a 6 anos</b> (i) Ampliação da jornada das crianças matriculadas no nível pré-escolar, atendidas em horário integral</p> <p><b>(c) Atenção a Crianças de 7 a 14 anos</b> (i) Retenção e reforço escolar</p> <p><b>(d) Apoio a Grupos de Extremo Risco</b> (i) Atenção à crianças vítima de violência familiar envolvidos em exploração sexual e uso de drogas (ii) Atenção especial a jovens portadores de deficiências (iii) Reinserção familiar e institucional</p> <p><b>(e) Família, (Mulher em Ação)</b> Atenção a famílias com Crianças de 0 a 14 anos.</p> <p>Custo Total do Componente 2: Contraparte: US\$ 11.454.623 BID: US\$ 4.912.928 Desembolso BID: 100 %</p> <p><b>Classificação: (S)</b></p>	<p><b>(b) Apoio a Crianças de 4 a 6 anos</b> (i) Ampliação da jornada das crianças matriculadas no nível pré-escolar; 2.672 crianças de 4 a 6 anos atendidas, em horário integral, equivalente a 18% da demanda potencial.</p> <p><b>(c) Atenção a Crianças de 7 a 14 anos</b> (i) Retenção e reforço escolar - 2.750 crianças e adolescentes atendidas (9% de menores nas comunidades selecionadas) e que permanecem nas escolas e melhoram seu desempenho escolar. (ii) Agente Jovem - 1.608 jovens de 15 a 17 anos capacitados para atuar nas comunidades</p> <p><b>(d) Apoio a Grupos de Extremo Risco</b> (i) Atender pelo menos 50% de crianças e adolescentes em situação de risco, identificados em cada comunidade servido pelo Programa. (ii) Atenção especial a jovens portadores de deficiências - Atender pelo menos 50% das crianças, portadores de deficiências e integrá-los na vida comunitária, familiar e social. (iii) Reinserção familiar e institucional - Pelo menos 50% de crianças atendidas e reinseridas em núcleos familiares</p> <p><b>(e) Família, (Mulher em Ação)</b> - Pelo menos 70% das mulheres inscritas no Projeto deverão estar habilitadas como vigilantes da exclusão social.</p>	<p>os profissionais servindo nas creches foram capacitados.</p> <p><b>(b) Apoio a Crianças de 4 a 6 anos</b> (i) Meta superada; 2.706 crianças atendidas em horário integral</p> <p><b>(c) Atenção a Crianças de 7 a 14 anos</b> (i e ii) Retenção e reforço escolar - Concluído: 2.750 crianças de 7 a 14 anos atendidas e 1.658 Agentes Jovens preparados Total de 4.128 crianças atendidas das quais 1.658 optaram e receberam orientação e apoio no âmbito do programa "Agentes Jovens"</p> <p><b>(d) Apoio a Grupos de Extremo Risco</b> (i) Concluído, 86.179 vagas criadas para o atendimento direto a crianças e adolescentes em situação de extremo risco social, na Cidade do Rio de Janeiro. (Não houve monitoramento para o atendimento específico às comunidades atendidas pelo Programa). (ii) Atenção especial a jovens portadores de deficiências; Capacidade instalada da SMDS e SME para atender 100% de jovens portadores de deficiências. (iii) Reinserção familiar e institucional Capacidade instalada (86.179), sem dados referente sucesso da reinserção em núcleos familiares, entretanto, durante o Programa, 11.073 crianças e adolescentes receberam atendimento específico visando sua inserção familiar.</p> <p><b>(e) Família, (Mulher em Ação)</b> - Concluído e meta superada. 1.543 mulheres (96% das inscritas) habilitadas para atuar como "vigilante da exclusão social" em suas comunidades.</p>
<p><b>Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável).</b></p> <p>As metas do marco lógico eram expressas percentualmente, salvo para o número "atendidas" nas creches, crianças de 4 a 6 anos e 7 a 14 anos. As metas posteriormente inseridas no ISDP também representam estimativas visto que uma quantificação exata de participação nos programas sociais não pode ser pré-estabelecida, na prática variando com a situação e o avanço do Programa em cada comunidade. As informações disponíveis, inclusive das avaliações efetuadas pelo Projeto, sugerem que as metas previstas foram alcançadas e em algumas áreas como capacitação de profissionais atuando nas creches, número de alunos atendidos em horário integral, "mulheres vigilantes", e outros, superadas.</p>		

**Reestruturação.** Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças:

A taxa de câmbio frente ao Real, até o final de 2004, permitiu o aumento do número de favela e loteamentos atendidos, não houve reestruturação do Componente. A mudança afetou o número de famílias beneficiadas e, em parte contribuiu para a necessidade de aumentar o prazo de execução do Projeto.

A alteração Nº1 do Contrato de Empréstimo, modificou o Parágrafo 2.03 (ii) do Anexo A, entre outros temas, eliminou a palavra "mães crecheiras" e no Parágrafo 2.04, encarregando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social SMDS da responsabilidade para o componente em vez da Secretaria Municipal de Trabalho SMTb.

<b>Componente 3</b> <b><u>Geração de Trabalho e Renda</u></b>	<b><u>Produtos Planejados</u></b>	<b><u>Produtos Obtidos</u></b>
<b>(a) Capacitação especializada</b> (i) Cursos profissionalizantes  (ii) Cursos de Capacitação em gestão para profissionais autônomos e micro-empresas  <b>(b) Apoio à Gestão de Unidades Produtivas</b> (i) Assistência técnica a cooperativas de produtores e prestadores de serviços  <b>(c) Aumento da escolaridade</b> (i) Complementação escolar para adultos (alfabetização, primeiro e segundo grau e pré-vestibular)  Custo Total do Componente : Contraparte: US\$ 6.452.096 BID: US\$ 3.001.166 Desembolso BID: 100 %	<b>(a) Capacitação especializada</b> (i) Cursos profissionalizantes - 80% dos alunos completar os cursos - 16.442 trabalhadores atendidos em 15 áreas de capacitação  (ii) 2.100 empreendedores recebem assistência técnica e treinamento  <b>(b) Apoio à Gestão de Unidades Produtivas</b> (i) 42 cooperativas e/ou, e 30 centros de informática ou outras unidades recebem assistência técnica para melhorar seu atendimento.  <b>(c) Aumento da escolaridade</b> (i) 4.400 trabalhadores completam os programas de complementação escolar e recebem seus diplomas e certificados	<b>(a) Capacitação especializada</b> (i) Cursos profissionalizantes - 38.500 alunos e trabalhadores foram atendidos pelo OIE, dos quais 80% concluíram os cursos.  (ii) Meta superada, 2.889 profissionais treinados nos Projetos: Técnicas de Gestão e CENATA  <b>(b) Apoio à Gestão de Unidades Produtivas</b> (i) 6 cooperativas em processo de abertura e 30 Centros de Informática implantados, tendo beneficiados 97.685 pessoas utilizando os serviços oferecidos nessas cooperativas e centros.  <b>(c) Aumento da escolaridade</b> (i) Meta superada. 13.319 pessoas atendidas pelo programa, com 5.215 formados.
<b><u>Classificação: (S)</u></b>		

**Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável).**

As atividades do Componente 3, foram iniciadas no primeiro semestre de 2003, e tiveram grande aceitação pela população, contribuindo para o aumento da demanda e os resultados numéricos superiores ao previsto.

**Reestruturação.** Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças:

Não houve reestruturação do componente.

<b>Componente 4</b> <b><u>Desenvolvimento Institucional</u></b> <b>(a) Monitoramento e Avaliação</b> (i) Pesquisas sobre o grau de satisfação dos beneficiários  (ii) Estudos de avaliação de ações em geração de emprego e renda e em ações de atenção a crianças e adolescentes  <b>(b) Estudos, Capacitação e Assistência Técnica</b> (i) Estudo sobre irregularidades urbanísticas na cidade  (ii) Capacitação de funcionários de SMH, SMTb e SMDS  (iii) Capacitação das OSC em gestão de projetos e captação de recursos  (iv) Assistência técnica para SMDS  <b>(c) Comunicação Social</b> (i) Difusão do Programa junto à opinião pública e às comunidades  Custo Total do Componente : Contraparte: US\$ 4.684.857 BID: US\$ n.a. Desembolso BID: n.a.  <b><u>Classificação: (S)</u></b>	<b><u>Produtos Planejados</u></b>  <b>(a) Monitoramento e Avaliação</b> (i) Pesquisas aplicadas 6 meses depois da conclusão das obras  (ii) Estudos específicos de avaliação concluídos  <b>(b) Estudos, Capacitação e Assistência Técnica</b>  i) Estudos realizados, gerando propostas concretas de procedimentos e/ou legislação urbanística municipal  (ii) 100 servidores capacitados na execução e gestão de projetos sociais e engenharia aplicada.  (iii) 60 OSC capacitadas, dos quais 40% aumentam seus recursos, aplicando os ensinamentos dos cursos  (iv) Implantação de métodos de gestão e sistemas de controle de suas atividades descentralizadas  <b>(c) Comunicação Social</b>  (i) Produção e distribuição de vídeos, cartazes, anúncios divulgados na mídia; Jornais e material didático e de divulgação sobre o Programa preparado	<b><u>Produtos Obtidos</u></b>  <b>(a) Monitoramento e Avaliação</b> O Sistema informatizado de monitoramento das ações sociais foi desenvolvido e a equipe SMAS foi treinada para sua utilização: (i) Concluído, pesquisas aplicadas em 2004/2005 pela firma contratada pelo Projeto em 38 comunidades 6 meses após da conclusão das respectivas obras.  (ii) Concluído. Avaliação dos cursos profissionalizantes realizada pela COMUNITAS, pela CENEPEC o PAE, e pela firma contratada nos demais projetos  <b>(b) Estudos, Capacitação e Assistência Técnica</b>  (i) Estudo realizado em 2002 "Caracterização da Ilegalidade Urbanística, Edilícia e Fundiária na Cidade do Rio de Janeiro" (AGRAR 2002)  (ii) Meta superada. 771 técnicos da Prefeitura capacitados.  iii) 764 técnicos de OSC capacitados. Dados de número de OSC e aumento de recursos das OSCs não disponíveis.  (iv) Meta cumprida. Foram implantadas 10 Coordenadorias Regionais de Assistência Social – CRAS, nas 10 Áreas de planejamento – APS da Cidade  <b>(c) Comunicação Social</b>  (i) Foram produzidos 11 vídeos e DVD educativos; 30.000 folders; 3.000 livros e 1 publicação semanal de matérias do Programa em jornal de grande circulação, atingindo 1 milhão de pessoas na Cidade do Rio de Janeiro.
<b>Explique brevemente diferenças entre produtos planejados e atuais (se aplicável).</b>  N/A		
<b>Reestruturação.</b> Indicar se este Componente foi reestruturado, data da aprovação (Gerente). Descrever brevemente as consequências dessas mudanças: N/A		
<b>Resumo do Progresso de Implementação – Classificação:</b>		
<input checked="" type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS) <input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S) <input type="checkbox"/> Insatisfatório (I) <input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório (MI)		

### c. Custos do Projeto

Custo Total Projeto – Planejado – Anexo A (U-\$000)				Custo Total do Projeto – Atual - LMS (US\$000)			% Diferença
<i>(Reproduzir quadro de custos)</i>				<i>(Reproduzir quadro de custos)</i>			
Categoria de Custo e Tipo de Gasto	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	%
<b>1. Engenharia e Administração</b>	-	23.000	23.000	-	30.531	30.531	33
1.1 Projetos	-	7.000	7.000	-	9.269	9.269	32
1.2 Apoio ao Gerenciamento	-	4.000	4.000	-	6.131	6.131	53
1.3 Supervisão	-	12.000	12.000	-	15.132	15.132	26
<b>2. Investimento Direto</b>	178.200	71.800	250.000	179.103	67.125	246.228	(1)
2.1 Urbanização Integrada	166.700	44.300	211.000	170.938	41.392	212.330	
2.1.1 Favelas	157.700	38.300	196.000	153.029	38.841	191.870	(2)
2.1.2 Loteamentos	9.000	6.000	15.000	17.910	2.551	20.461	36
2.2 Atenção a Crianças e Adolescentes	8.500	17.000	25.500	5.163	14.068	19.231	(25)
2.3 Geração de Trabalho e Renda	3.000	6.000	9.000	3.001	6.475	9.476	5
2.4 Desenvolvimento Institucional	-	4.500	4.500	-	5.190	5.190	15
2.4.1 Monitoramento e Avaliação	-	1.800	1.800	-	2.891	2.891	61
2.4.2. Estudos e Assistência Técnica	-	900	900	-	1.273	1.273	41
2.4.3 Comunicação Social	-	1.800	1.800	-	1.026	1.026	(43)
<b>Subtotal</b>	178.200	94.800	273.000	179.103	97.656	276.759	-
<b>3. Custos Financeiros</b>	1.800	25.200	27.000	897	22.344	23.241	(14)
3.1 Juros	-	22.200	22.200	-	22.344	22.344	(.1)
3.2 Comissão de Crédito	-	3.000	3.000	-	2.811	2.811	(.6)
3.3 Inspeção e Supervisão	1.800	-	1.800	897	-	897	(50)
<b>TOTAL</b>	180.000	120.000	300.000	180.000	120.000	300.000	-
<p>Explique brevemente diferenças.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Categoria 1, gastos adicionais em função do aumento do número dos projetos incorporados e aumento do prazo de execução;</li> <li>• Categoria 2, no final de setembro de 2006, ainda encontravam-se em fase final de execução obras em oito favelas e dois loteamentos que deve elevar os investimentos diretos em 1 ou 2% sobre o valor original previsto nessa categoria.</li> <li>• Categoria 2.1.2 – o aumento reflete os investimentos mais elevados nos loteamentos em relação ao valor originalmente previsto;</li> <li>• Categoria 2.2 Complexidade da implementação do componente, capacidade limitada dos OCSs;</li> <li>• Categoria 2.4 Elevado custo dos estudos e pesquisas de avaliação; investimentos mais baixos que previstos na Comunicação Social em função dos meios priorizados.</li> </ul>							

## **IV. Implementação do Projeto**

### **a. Análise de Fatores Críticos**

#### **Fatores Positivos:**

- O forte compromisso do Mutuário, Executor e Co-executores com os objetivos do Programa, respaldado pelo sucesso do PROAP I, e a receptividade da população beneficiada e da sociedade civil;
- Manutenção da prioridade do Favela Bairro na Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro após mudança na administração em 2001, e continuidade administrativa e de liderança do Executor e das Secretarias envolvidos após eleições municipais em 2004;
- Ampla experiência do Órgão Executor e dos Co-executores com esse tipo de Programa; continuidade de gestão do PROAP I para o PROAP II, liderança da Coordenação do Programa; criação em 2004 e bom funcionamento, com maior autonomia de decisão, da Secretaria Executiva do Programa na SMH; capacidade administrativa e técnica e dedicação das equipes do Executor e dos Co-executores;
- Desde o seu início, tanto no desenho como na sua execução, o PROAP norteou-se no princípio, entre outros, que o respeito ao meio ambiente é uma das condições *sine qua non* para alcançar o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população a ser beneficiada. Nesse sentido, de acordo com os estipulado no Regulamento Operativo do Programa, o PROAP II continuou com as boas práticas já implantadas na Fase anterior, contando com o apoio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC, visando garantir a o fiel cumprimento das condicionantes ambientais, a supervisão da Representação, incluía o apoio periódico de um consultor ambiental;
- Elevado grau de participação e interesse dos beneficiários nas decisões sobre as intervenções, físicas e na área social, que priorizam;
- Efeito positivo e indispensável da participação comunitária e do apoio dos OSCs, no processo da consolidação dos programas e das estratégias da SMH, na preservação do espaço público, no controle de novas invasões, e no fortalecimento da organização comunitária;
- O benefício da experiência do PROAP I e a aplicação das recomendações da avaliação intermédia preparada em nov/dez de 2002, principalmente no que tange o fortalecimento da coordenação e comunicação interna, o reforço das equipes para a preparação dos projetos, a atualização das metas físicas, a reorganização das equipes de campo atuando na área social;
- A disponibilidade de recursos de contrapartida em tempo oportuno e montante suficientes;
- O desenho do Projeto, Contrato de Empréstimo e Regulamento Operativo com condições exequíveis e consistentes com os objetivos do Programa, e o apoio do Banco durante a execução; e
- Desvalorização do Real frente ao Dólar, até o início de 2005, permitindo expansão das metas físicas e sociais originalmente previstas.

#### **Fatores negativos:**

- A complexidade de executar obras de urbanização em áreas densamente povoadas, irregularmente ocupadas, em muitas áreas com dificuldade ou impossibilidade de acesso para uso de máquinas e transporte motorizado de materiais e a remoção de entulhos, desafios de engenharia para projetar obras em solos brejosos, instáveis ou de grande declividade ou áreas de rocha;
- A persistência e o agravamento dos níveis de violência produto das atividades ilícitas vinculadas com o narcotráfico em muitas áreas da intervenção, dificultando a execução das obras e das demais ações;
- Entraves burocráticos, deficiências institucionais, e resistência de alguns órgãos da administração pública em aceitar as favelas e loteamentos urbanizados como parte normal de suas programações e ações, principalmente na fase pós-obra e o que pode incidir sobre a operação e manutenção de instalações e serviços;



- A inversão da taxa de câmbio com a valorização do Real frente ao dólar americano, a partir do 1º semestre de 2005, onerando o custo de obras e serviços contratados em moeda local, mas pago com recursos do empréstimo;
- O custo médio por família nos loteamentos, de US\$ 4.060 comparados com US\$ 2.600 previsto no RO, advém de fatores tais como: a localização e característica dos locais urbanizados e obras adicionais executadas. (Detalhes adicionais no Anexo VII)
- A falta de integração institucional entre a prefeitura e a CEDAE, ocasionou atrasos CEDAE na implementação das obras, no recebimento por parte da CEDAE das obras concluídas, bem como na operação e manutenção dos sistemas construídos pelo Programa; e
- Os diversos ataques da mídia provocaram questionamentos desnecessários sobre a efetividade do programa, ocasionando inclusive polêmicas no mundo acadêmico.

#### **b. Desenvolvimento do Mutuário/Agência Executora**

Desempenho do Mutuário/Agência Executora			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório(MI)

#### **c. Desenvolvimento do Banco**

Desempenho do Banco			
<input type="checkbox"/> Muito Satisfatório (MS)	<input checked="" type="checkbox"/> Satisfatório (S)	<input type="checkbox"/> Insatisfatório (I)	<input type="checkbox"/> Muito Insatisfatório(MI)

### **V. Sustentabilidade**

#### **a. Análise de Fatores Críticos**

- O elemento principal na sustentabilidade dos benefícios do Programa reside na capacidade e organização das comunidades beneficiadas para diminuir o risco de uma reversão dos benefícios obtidos; nessa área, as ações do sub-componente de desenvolvimento comunitário tiveram uma importante contribuição na preparação dos moradores e suas associações. As pesquisas de avaliação pós-obra realizadas em 2004/2005 em 36 comunidades mostram não apenas a percepção dos moradores beneficiados quanto à valorização das suas moradias como resultado da intervenção, mas também a percepção sobre a transformação da favela ou loteamento em bairro e a intenção (já constatada na realidade) de muitos moradores de efetuar melhorias em suas casas. Consequentemente, a sustentabilidade dos benefícios do Programa depende em grande parte do sucesso da transformação verdadeira das comunidades em bairros. A regularização fundiária e titulação de todas as propriedades é uma peça chave nesse processo e, na medida do possível, deve ser acelerado.
- Convênio 011/A/2000 com a CEDAE para a operação e manutenção dos sistemas de água e esgoto. A tarefa social cobrada pela CEDAE não cobre o custo de operação e de manutenção. Houve dificuldades ao longo do PROAP I e II de efetuar a transferência formal das obras do PROAP para CEDAE, entretanto, em mais de 95% das comunidades os sistemas estão funcionando e os serviços de água e esgoto estão sendo fornecidos. A prefeitura deverá tomar as medidas cabíveis para fortalecer a relações institucional com a CEDAE, possibilitando a entrada em operação de todas as obras construídas pelo Programa.
- O modelo de garis comunitários, introduzido durante o PROAP I e em vigor nos novos bairros, demonstrou-se bem sucedido. O mesmo modelo poderia ser considerado para outras áreas de conservação e manutenção, ampliando a oferta de emprego e o interesse de participação da comunidade.

- Apesar de ações educativas junto aos moradores e OSCs durante a execução, visando à manutenção das instalações e a sustentabilidade dos serviços e benefícios, se trata de uma área crítica ainda pouco formalizada. A prefeitura deverá intensificar seus esforços no sentido de fomentar que as próprias comunidades exerçam um papel maior, tanto na preparação de planos de administração e manutenção dos bairros como nas negociações e cobranças junto ao poder público municipal.
- A Prefeitura, através de suas secretarias, dará continuidade nos programas na área social (Projeto Talento da Vez, Projeto Creche, Projeto Vou à Luta, Projeto Aumento da Escolaridade, Cursos Profissionalizantes, Projeto Centro de Informática, Projeto Agente Jovem e Projeto Meu Primeiro Emprego), para esse fim, já contempla recursos no seu orçamento.
- O Decreto nº 26784, de 27.07.06. da Prefeitura criou o PROAP III, instituindo e consolidando o Programa Favela-Bairro. A elevada visibilidade nacional e internacional do Favela Bairro e a criação do PROAP III, fortalecem o compromisso da Prefeitura com a sustentabilidade do Programa, portanto mitigando os riscos de reversão.

## b. Riscos Potenciais

Os principais riscos para o Favela Bairro residem na área de segurança pública e nas invasões de novas áreas e/ou áreas existentes e na impotência ou falta de intervenção do poder público federal, estadual e municipal para mitigar ou reverter essas condições. Um segundo risco é relacionado com as condições macroeconômicas do país as quais incidem sobre a geração de emprego, a renda familiar, o poder aquisitivo, e a oferta de oportunidades para melhorar as perspectivas de qualidade de vida da população de baixa renda. Um terceiro risco reside na arena política, mudança de prioridades, e perda ou redução de apoio do setor público para o programa.

Classificação de Sustentabilidade (SU) :			
<input type="checkbox"/> Muito Provável (MP)	<input checked="" type="checkbox"/> Provável (P)	<input type="checkbox"/> Pouco Provável (PP)	<input type="checkbox"/> Improvável (I)

## VI. Monitoramento e Avaliação

### a. Informação sobre Resultados

Conforme indicado no Capítulo II a – *Contexto*, entre 1998 e 2004 foram realizadas diversas pesquisas de avaliação do Favela Bairro (PROAP I) que demonstraram os resultados do Programa no melhoramento das condições de infra-estrutura básica e serviços, tais como água, esgoto, coleta de lixo, limpeza urbana, iluminação pública, áreas de lazer, etc. Na ausência de base de dados para o Momento Um (Linha de Base) – M1, utilizou-se, numa pesquisa, dados secundários (Censo IBGE) e em outra uma amostra de comunidades com características semelhantes às comunidades a serem avaliadas beneficiadas com a intervenção, e após da conclusão das obras ou seja no Momento 2 – M2.

A implantação de um sistema mais adequado de monitoramento e avaliação sofreu atrasos visto que somente nos meados 2003 foi contratada uma empresa de consultoria para o desenvolvimento, implantação e manutenção do Sistema de Indicadores de Monitoramento e Avaliação do PROAP II. No âmbito desse contrato, que terminou em Julho de 2005, foi desenvolvido, testado, e implementado um amplo sistema de monitoramento e avaliação. O trabalho incluiu (i) o desenvolvimento e teste de questionários para o cadastramento socioeconômico da população e que servirá para estabelecer uma ampla base de dados em futuros projetos, (ii) questionários para avaliar os resultados com a mesma população após as intervenções, (iii) a metodologia da coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos, (iv) a incorporação da nova metodologia de execução do PASI após testes de campo em duas comunidades, (v) a capacitação do pessoal técnico e administrativo do Executor envolvido no uso do sistema, e (vi) o teste do sistema e avaliação de impacto mediante a coleta e análise de dados, em 38 comunidades (26 favelas e 12 loteamentos) com obras do PROAP II concluídas e (vii) o levantamento de informações com 35 grupos focais sobre os resultados do Componente Geração



de Trabalho e Renda e Atenção a Crianças e Adolescentes. O Sistema é abrangente, pragmático, e confiável, permitindo um cadastro socioeconômico de cada beneficiário, antes e depois das obras e intervenções sociais e a avaliação dos resultados do Programa.

Para avaliação do PROAP II, a pesquisa utilizou os dados das 38 comunidades da mencionada amostra, seis meses ou mais após da conclusão das obras, baseada em coleta e análise de dados sobre a percepção dos beneficiários quanto às condições na comunidade antes e depois do Projeto, bem como os resultados qualitativos obtidos com os grupos focais. Os resultados dessa pesquisa, pertinentes ao PCR estão resumidos nas Tabelas 1 – 4 do Anexo VI.

Quanto aos demais instrumentos de gerenciamento e informação, o PROAP II herdou da etapa anterior um eficaz sistema de gerenciamento administrativo e financeiro, adaptado para o novo Programa o qual permitiu acompanhar centenas de contratos, ações e pagamentos e uma segura e confiável administração contábil-financeira do Projeto. O Executor apresentou de forma satisfatória os relatórios semestrais, os relatórios financeiros e de auditoria conforme previsto no Contrato de Empréstimo, permitindo um acompanhamento das informações básicas do Projeto durante sua execução. Na supervisão das obras e serviços atuaram quatro consórcios e duas empresas de consultoria com desempenho satisfatório, permitindo o controle e a supervisão das obras e subprojetos durante a execução.

## **b. Monitoramento Futuro e Avaliação Ex-Post**

O Contrato de Empréstimo não prevê uma avaliação ex-post, apenas a avaliação de projetos antes e seis meses depois da conclusão das intervenções.

## **VII. Lições Aprendidas**

O Programa Favela Bairro oferece lições de dois tipos: **(1) Sobre estratégias de atuação na área urbana e (2) sobre aspectos específicos de execução.**

### **1. Estratégias de atuação na área urbana:**

- Quanto aos aspectos de atuação urbana, pode-se concluir que o modelo proposto e utilizado pelo programa – de intervenções urbanas integradas, com enfoque territorial – atendeu de forma muito efetiva aos propósitos de melhoria de qualidade de vida e desenvolvimento social das comunidades afetadas. A esse respeito, vale salientar que este modelo de intervenção integral foi e continua sendo adotado por inúmeras prefeituras e entidades governamentais da área habitacional, fazendo parte, hoje em dia das políticas de desenvolvimento urbano e estratégias de redução de pobreza urbana de quase todas as cidades onde o Banco atua. Dessa forma, o Favela Bairro I e II foi um programa que contribuiu para legitimar um novo paradigma de atuação que ganhou vasto reconhecimento internacional;
- As lições desta experiência devem ser extrapoladas do âmbito do projeto específico, para o campo da inovação nas políticas urbanas e na forma do Banco apoiá-las. A lição, no caso, se refere à abertura de nova modalidade do Banco para atender as necessidades dos governos locais e a determinação em apoiar abordagens inovadoras, e difundi-las. Para isto, um projeto com alta visibilidade e resultados satisfatórios, faz uma grande diferença.
- Outra lição relevante do Programa é derivada da coordenação intersetorial que caracterizou o desenho e a implementação do PROAP II. Promoveu-se através do programa a coordenação entre ações das áreas de infra-estrutura com a de serviços sociais (Secretarias de Desenvolvimento Social, Educação e Trabalho da Prefeitura, etc.). Este exemplo de articulação operacional entre várias secretarias em um mesmo projeto, foi possível graças a fatores como orçamento comandado por um só executor central, o enfoque territorial e a intensa coordenação e supervisão ao longo do processo.

## 2. Sobre aspectos específicos de execução:

- Apesar de durante a preparação do projeto, o Banco ter tido conhecimento das metodologias de coleta de informações para a linha de base e para o seguimento e avaliação do Programa já estivessem desenhadas e definidas já na primeira fase, não houve uma implementação plena, motivo pelo qual nos próximos projetos recomenda-se que o Banco exija como condição prévia ao primeiro desembolso a implantação do sistema e a organização das informações de linha de base;
- Em projetos dessa natureza e complexidade, estabelecer desde o início, um cadastro de provedores de serviços sociais pré-qualificados de ONGs e outras entidades da sociedade civil;
- Considerando as dificuldades de alcançar as metas previstas, na área de regularização fundiária e titulação de moradias, nos projetos do Banco e o fato de que a maioria dos programas do Banco se defrontam com dificuldades nesta área, sugere-se realizar um estudo que analise diferentes experiências do Banco nesta área, tanto as bem sucedidas quanto as sem êxito, buscando identificar as razões que facilitam ou impedem o alcance das mesmas, no intuito de orientar as futuras ações e/ou exigências contratuais nesta área de tão relevante importância;
- Dado os benefícios advindos das creches, o dimensionamento para a definição da quantidade para cada comunidade, deverá ser baseado na demanda da mesma;
- Adequar o sub-componente de geração de emprego e renda com programas de ensino vocacional, com certificação garantida e reconhecida e melhores perspectivas de inserção no mercado de trabalho. Explorar possibilidades de parcerias com empresas para oferecer trabalho de aprendizagem, a exemplo: O Programa da Vila Zumbi dos Palmares do Paraná Urbano II poderia servir como modelo - BR0374;
- No processo de preparação do projeto, deverá contemplar a participação ativa da empresa de saneamento que será responsável pela operação e manutenção das obras concluída, provendo inclusive ações e recursos, se necessário, para o fortalecimento/aparelhamento da mesma. Destaca-se a ação de COF/CBR quanto à decisão estratégica de dar um tratamento transversal à CEDAE, considerando que esta na atualidade está envolvida em três projetos do Banco e encontra-se com dificuldades de cumprir o seu papel. O Banco assinou junto à CEDAE uma cooperação técnica que visa o fortalecimento institucional da mesma;
- Iniciar a construção das obras a partir dos equipamentos sociais e unidades habitacionais;
- Aumentar o número de POUSOS e ampliar suas funções e serviços oferecidos aos moradores;
- As localizações de creches, POUSOS, equipamentos desportivos e outros equipamentos sociais, merecem um estudo mais abrangente, pois deverão possibilitar a facilidade de acesso, uso e segurança por parte dos usuários e funcionários;
- Considerando a importância e os resultados advindo dos POUSOS, nos futuros programas, deverá contemplar recursos do financiamento para a implementação física dos mesmos, bem como os serviços e ações prestados à população. Nesse sentido, poderão também os POUSOS facilitar um importante papel na área de educação ambiental junto aos moradores, tanto na fase de preparação, execução e ainda após a conclusão das obras, visando orientar as ações das comunidades no seu desempenho para a sustentabilidade dos benefícios auferidos pelo Projeto.
- Estabelecer claros TORS para os prestadores de serviços, deixando transparente para a população que o projeto é da Prefeitura e não da ONG;
- Caso venha a ser efetivada a terceira etapa do programa (PROAP III), a equipe de projeto deverá incluir prioritariamente um componente e recursos que possibilitem concluir as ações para a regularização fundiária das áreas das duas fases anteriores (PROAP I e PROAP);
- Considerando os resultados do PROAP I e II o futuro projeto para financiar o mesmo tema, poderia ser através de linha de crédito para projetos de investimentos (CLIP);
- Devido a importância e a independência do componente de Geração de Trabalho e Renda, bem como os impactos positivos originados pelo mesmo, recomendamos que na formatação de um novo projeto seja criado um mecanismo que priorize a implementação do mesmo;
- Considera-se a importância de numa eventual 3ª fase agregar componentes ou atividades pertinentes, que contemple o apoio ao órgão responsável ao combate à violência.

## **Anexos:**

ANEXO 1A e 1B.	Custo de Projeto por Componente e por Fonte de Financiamento	25
ANEXO II	Ata do Seminário de Encerramento e Anexos	27
ANEXO EA 2A	Programa do Seminário	29
ANEXO EA 2B	Lista dos Participantes	30
ANEXO EA 2C	Avaliação do Seminário	31
ANEXO EA 2D	Síntese dos Resultados do Seminário	32
ANEXO III	Avaliação do Mutuário	37
ANEXO IV	Avaliação dos Resultados do PROAP II	40
ANEXO V	Ficha – Regularização Fundiária, Favela Quinta do Caju (PROAP I)	48
ANEXO VI	Alteração Contratual Nº1 Contrato 1241/OC-BR	53
ANEXO VII	Nota sobre investimentos por domicílio – favelas vs. loteamentos	59

**Anexo 1A e 1B**  
**Financiamento do Projeto**

**Anexo 1-A Fonte de Financiamento**  
**(Montantes em milhões de US\$)**

Categoria de Investimento	Original				Atual				Brecha em % do Original			
	BID (1)	Mutuário (2)	Outras Fontes (3)	Total (4)	BID (5)	Mutuário (6)	Outras Fontes (7)	Total (8)	BID (9)	Mutuário (10)	Outras Fontes (11)	Total (12)
<b>1. Engenharia e Administração</b>		<b>23.0</b>		<b>23.0</b>		<b>30.5</b>		<b>30.5</b>		<b>33.0</b>		<b>33.0</b>
<b>2. Custos Diretos</b>	<b>178.2</b>	<b>71.8</b>		<b>250.0</b>	<b>179.1</b>	<b>67.1</b>		<b>246.2*</b>	<b>0.5</b>	<b>(6)</b>		<b>(1)</b>
<b>Subtotal</b>	<b>178.2</b>	<b>94.8</b>		<b>273.0</b>	<b>179.1</b>	<b>97.7</b>		<b>276.8</b>	<b>0.5</b>	<b>3</b>		<b>(0.2)</b>
<b>3. Custos Financeiros</b>	<b>1.8</b>	<b>25.2</b>		<b>27.0</b>	<b>.9</b>	<b>22.3</b>		<b>23.2</b>	<b>(50)</b>	<b>(.04)</b>		<b>(.04)</b>
<b>3.1 FIV</b>	<b>1.8</b>			<b>1.8</b>	<b>.9</b>			<b>.9</b>	<b>(50)</b>			<b>(50)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>180.0</b>	<b>120.0</b>		<b>300.0</b>	<b>180.0</b>	<b>120.0</b>		<b>300.0*</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	

Fonte de Informação:

Do sistema LMS: Colunas (1) e (5)

Para serem completadas pelo autor do PCR: Colunas (2), (3), (6) e (7)

Cálculo automático: Colunas (4), (8), (9), (10), (11), (12) e o total da última linha

\* No final de setembro de 2006, ainda encontravam-se em fase final de execução obras em oito favelas e dois loteamentos que deve elevar os investimentos diretos em 1 ou 2% sobre o valor original previsto nessa categoria.

Anexo 1- B2  
Calendário de Investimentos  
(Montantes em milhões de US\$)

<b>Anos</b>	<b>Original</b>				<b>Atual</b>				<b>Brecha</b>
	<b>BID (1)</b>	<b>Mutuário (2)</b>	<b>Outros (3)</b>	<b>Total (4)</b>	<b>BID (5)</b>	<b>Mutuário (6)</b>	<b>Outros (7)</b>	<b>Total (8)</b>	<b>(8)- (4) (9)</b>
<b>ATÉ 2000</b>						9.1		9.1	
<b>2000</b>	15.3	12.1		27.4	14.6	5.1		19.7	
<b>2001</b>	45.0	29.4		74.4	26.5	6.2		32.7	
<b>2002</b>	58.4	37.5		95.9	21.0	16.2		37.2	
<b>2003</b>	45.9	31.5		77.4	23.8	18.9		42.7	
<b>2004</b>	15.4	9.6		24.9	58.5	19.4		77.9	
<b>2005</b>					29.0	31.2		60.3	
<b>2006</b>					6.6	13.9		20.5	
<b>TOTAL</b>	180.0	120.0		300.0	180.0	120.0		300.0	

Fonte de Informação: Original: Relatório Inicial do Mutuário; Atual: Sistema LMS e Mutuário  
Para serem completadas pelo autor do Memorando do Banco: Colunas (1), (4), (5), (8), e (9)  
Os dados das colunas (2), (3), (6), e (7) serão proporcionados pelo autor do Memorando do Executor  
Cálculo automático: Colunas (4), (8), (9) e o total da última fileira



## ANEXO II

### PROAP II – Programa FAVELA BAIRRO Empréstimo BID 1241/OC-BR Reunião Técnica de Avaliação do Programa Favela Bairro

#### Ajuda Memória

1 – A Reunião Técnica de Avaliação do Programa Favela Bairro foi realizado na Cidade do Rio de Janeiro durante os dias 16 e 17 de outubro de 2006, no Centro Integrado de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência – CIAD – Avenida Presidente Vargas, nº 1997, Centro.

2 – A Reunião contou com a presença do Sr. Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Cesar Maia, que fez a abertura, do Secretário Municipal do Habitat Luiz Humberto Côrtes Barros, do Secretário Municipal de Assistência Social Marcel Garcia Vargens, do Secretário Municipal de Urbanismo Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, do Secretário Municipal de Fazenda Francisco Almeida e Silva e da Secretária Municipal de Educação Sonia Mograbi.

Representando o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – estavam presentes o Sub-representante no Brasil, Sr. Jorge Luis Lestani, a Especialista Setorial Sra. Claudia Nery, a Especialista Financeira, Sra. Mônica Merlo, o Consultor, Sr. Benard Darnel e o Especialista Setorial Aderbal Curvelo.

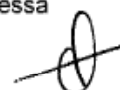
Estiveram ainda presentes técnicos das diversas Secretarias Municipais, representantes de Organizações Não Governamentais, da empresa gerenciadora do Programa, de empresas de engenharia e de escritórios de arquitetura que participaram do Programa, CEDAE e também os representantes dos beneficiários do Programa de diversas comunidades atendidas.

Na abertura, o Prefeito César Maia destacou a importância do Programa Favela Bairro para a Cidade do Rio de Janeiro e para o BID e de seu reconhecimento em outros países como referência de programa de melhoramento de bairros. Reconhecendo esta importância ratificou a introdução da 3ª fase do Favela Bairro na Prefeitura e, que dará suporte financeiro com recursos próprios e buscará apoio tanto no nível Estadual quanto no nível Federal.

Logo após, o plenário teve a oportunidade de assistir a uma apresentação dos beneficiários do Projeto "Talento da Vez", um projeto social financiado pelo Favela Bairro, cujo foco é a capacitação em artes dos jovens das comunidades. A razão desta apresentação deve-se ao enorme sucesso obtido pelo modelo de execução, responsável inclusive por sua sustentabilidade.

Houve uma breve apresentação pelo Secretário do Habitat do desenvolvimento do PROAP II, com os avanços e dificuldades encontradas numa retrospectiva do *antes* e *depois* da intervenção do Programa Favela Bairro nas comunidades.

O Secretário de Assistência Social ressaltou a importância do Programa na posição de destaque que o Rio de Janeiro ocupa no desenvolvimento da assistência social com a gestão plena da Assistência junto ao Governo Federal, integrando o grupo de apenas 4% dos municípios brasileiros que alcançou essa





posição. Explicitou também a garantia da continuidade dos projetos sociais que tiveram início com o Favela Bairro, propiciando assim a sustentabilidade dos mesmos.

Ainda, a Secretária-Executiva do Programa Favela Bairro apresentou a metodologia que foi utilizada no desenvolvimento dos trabalhos.

3 - Os participantes foram divididos em 4 grupos para a discussão dos componentes do Programa: *Grupo Azul e Grupo Amarelo – Componentes Sociais, Grupo Vermelho e Grupo Verde – Componente*

Urbanização Integrada. Cada grupo possuía um coordenador e um relator encarregado de redigir e apresentar o produto final do grupo.

O segundo dia teve início com a preparação pelos grupos, das conclusões a que chegaram após discussão interna.

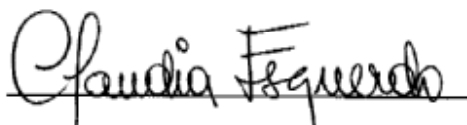
Segundo o roteiro, *o que funcionou bem, o que não funcionou e recomendações para a futura sustentabilidade*, os grupos, utilizando o recurso de "Powerpoint" apresentaram para o plenário o resumo de seus trabalhos, quando se pode constatar o acentuado grau de consenso entre os grupos.

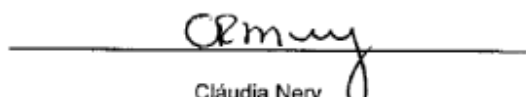
4 - Foi entregue a cada participantes um formulário para uma avaliação individual sobre a reunião.

5 – As conclusões consolidadas de cada grupo, o resultado da avaliação bem como a lista de participantes encontram-se em anexo.

6 - A Secretaria Executiva do Favela Bairro revisou o PCR preparado pelo Banco e está de acordo com seu conteúdo e com as classificações de desempenho e, pelo presente, manifesta a sua não-objeção para a publicação pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento do PCR e dos anexos, na forma que o Banco considere apropriada.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2006

  
Claudia Esquerdo  
Secretária Executiva do Favela Bairro

  
Cláudia Nery  
Especialista Setorial do BID para o Programa Favela Bairro

#### ANEXOS

- EA 2A Programa do Seminário
- EA 2B. Lista dos Participantes
- EA 2C. Avaliação do Seminário
- EA 2D Conclusões Consolidadas



## **ANEXO EA 2A**

### Reunião Técnica de Avaliação do Programa Favela-Bairro

Dia 16 de outubro de 2006 - segunda-feira

- |                |  |
|----------------|--|
| 09:00 às 10:15 | Abertura<br>Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro - César Maia<br>Sub-Representante do BID no Brasil – Jorge Luis Lestani<br>Representante dos beneficiários do Programa Favela-Bairro II   |
| 10:15 às 11:35 | Apresentação do Programa Favela-Bairro II<br>Secretário Municipal do Habitat - Luiz Humberto Côrtes Barros<br>Secretário Municipal de Assistência Social - Marcelo Garcia Vargens<br>Secretário Municipal de Fazenda - Francisco de Almeida e Silva<br>Secretário Municipal de Urbanismo - Augusto Ivan Freitas Pinheiro<br>Secretaria Municipal de Educação - Sônia Mograbi |
| 11:35 às 12:00 | Metodologia do Seminário<br>Secretária-executiva do Programa Favela-Bairro II - Claudia Esquerdo   |
| 12:00 às 13:30 | Almoço   |
| 13:30 às 15:30 | Discussão em grupo<br>4 grupos de acordo com os componentes do programa: <ul style="list-style-type: none"><li>▪ 2 grupos para "urbanização integrada";</li><li>▪ 2 grupos para "ACA e GTR" - componentes sociais;</li></ul>   |
| 15:30 às 15:45 | Lanche   |
| 15:45 às 17:45 | Discussão em grupo   |

Dia 17 de outubro de 2006 - terça-feira

- |                |   |
|----------------|---|
| 9:00 às 10:00  | Elaboração dos relatórios dos grupos                          |
| 10:00 às 11:00 | Elaboração dos "power-point"                                  |
| 11:00 – 13:00  | Apresentação dos grupos e plenária final<br>Lições Aprendidas |
| 13:00          | Almoço de encerramento  |

## ANEXO EA 2B

### Reunião Técnica de Avaliação e Acompanhamento do Programa Favela Bairro

Data: 16 e 17 de outubro de 2006 - Local: CIAD, Av. Pres. Vargas, 1997

#### Participantes

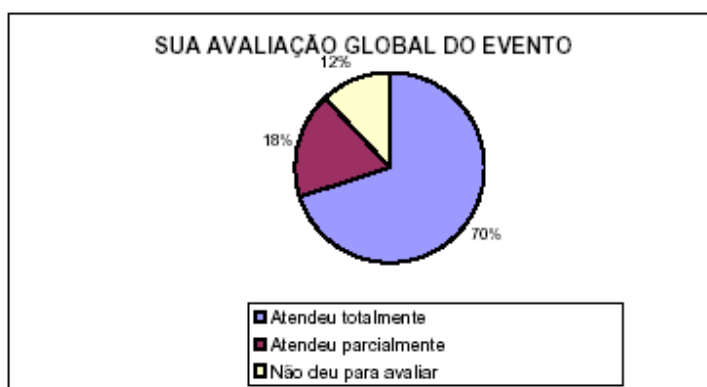
NOME E ENTIDADE	NOME E ENTENDIDADE	NOME E ENTENDIDADE
César Maia, Prefeito da Cidade do RJ	Pedro Pontes - CEDAE	Gláucia M <sup>a</sup> Rabello - SMF
Solange Arquitraço - Escritório de Arquitetura	Edson Marcos Rufino da Silva - COMLURB	Luiz Humberto Cortês Barros, SMH - Secretário
Jaciara dos Santos, - Beneficiária	Eliete Durante - Gerenciadora	Claudia Esquerdo - SMH/CPE
Alice de O. Neves, - Beneficiária	Francisco Mirili - Gerenciadora	Claudia Nascimento - SMH
Neli de A. Cabral, - Beneficiária	Gustavo Guberman - Gerenciadora	Lucia Roma - SMH
Angela dos Santos, - Beneficiária	Sara Adjardina - Gerenciadora	Romério Luiz de Souza - SMH - COB
Carmelita Ribeiro, - Beneficiária	Vanderson Berbat - Gerenciadora	Jozé Cândido, SMH - COF
Maria de Nazaré, - Beneficiária	Raphael de Melo Lima - Gerenciadora - Apoio	Carlos Alberto D´Almeida - SMH - Coord. Obras
Rogéria Conceição, - Beneficiária	Rogério Dourado - OAS	Guilherme Campos -SMH - Coord. Obras
Francisca Rosendo, Beneficiária	José Augusto - OAS - Empresa - Obras	Wilson Queiroz - SMH - Coord. Programação
Jonas Barcelos, - Beneficiária	Maria Rita - ONG - Amigas da Gente	Ana Luna - SMH - Coord. Programação
Luzineide de Souza - Beneficiária - Vigário Geral	Vivian - ONG - CEACA Vila	Ana Cristina Dieguez - SMH - Favela Bairro
Dayana Conceição - Beneficiária - Vila Aliança	Gizele Avena - ONG - CIEDS	Marcia Garrido - SMH - Favela Bairro
Maria José Azevedo - Beneficiária - Vila João Lopes	Luiz Kleber Farias - ONG - CIEDS	Nazih - SMH - GP-2
Maria de Lourdes de Souza,- Beneficiário - Juram.	Orlando, ONG - DC Brasil	Angela Regina - SMH - Morar Legal
Francisco Carlos - Beneficiário - Morro do Cruz	David B. Lessa - SMAC	Maria José - SMH - Morar Legal
Libério Anastácio - Beneficiário - Morro São João	Marcelo Garcia Vargens - SMAS - Secretário	Maria José Xavier - SMH - Morar Legal
João Soares da S. Filho, Beneficiário, Parque Aleg.	Katia Regina Viana - Gerenciadora	Marcia Bezerra - SMH - Reg. Fundiária
Helio Monsores - Beneficiário - Vigário Geral	Qesia Betania - SMAS	Maria Helena Salomão - SMH - GP-3
Antonio José - Beneficiário - Vila João Lopes	Ruth C. Santiago - SMAS	Edna Coelho Barboza - SMH/CPE
Nivaldo R. da Costa Beneficiário - Vila Papavento	Terezinha Labruna - SMAS	Lideo P. Valle - SMH/CPE
Aderbal Curvello, BID	Maria Bernadete M. Felipe - SMAS - 3 <sup>a</sup> CRAS	Viviani Santos da S U Batista - SMH/CPE
Bernard Darnel, BID - Consultor	Sonia Mograbi - SME - Secretária	Marcio Machado - SMO
Mônica Merlo , BID - Esp. Financeiro	Bettina Libonati - SME	Augusto Ivan F. Pinheiro SMU - Secretário
Cláudia Nery, BID - Especialista Setorial	Claudio Dutra Gonçalves - SME	Tania Castro - SMU
Jorge Luis Lestani, BID - Sub-Representante	Francisco de Almeida e Silva - SMF - Secretário	Leslie Cristina Figueiredo - SMU
Claudio Amoy, - CEDAE	Eduardo Vianna - SMF	

## ANEXO EA 2C

### RESULTADOS DA AVALIAÇÃO DA REUNIÃO TÉCNICA DO PROGRAMA FAVELA BAIRRO

Instrumento de Avaliação da Reunião Técnica do Programa Favela Bairro				
	SIM	NÃO	EM PARTE	NÃO SEI AVALIAR
O Evento atendeu às suas expectativas?	76%		24%	
Cumpriu os objetivos propostos?	82%		12%	5%
A Metodologia foi clara e motivadora?	88%		12%	
Os Recursos institucionais utilizados foram adequados?	53%		47%	
Os temas abordados nos Grupos de Trabalho foram pertinentes?	100%			
O trabalho apresentado pelos grupos foi satisfatório?	94%			6%
Sua participação foi satisfatória?	94%		6%	
O tempo foi suficiente para os conteúdos tratados?	88%		12%	

SUA AVALIAÇÃO GLOBAL DO EVENTO	
Superou expectativas	
Atendeu totalmente	70%
Atendeu parcialmente	18%
Não atendeu	
Não deu para avaliar	12%



**ANEXO EA 2D**  
**REUNIÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA FAVELA BAIRRO**

**GRUPOS: Vermelho e Verde**

**Resultado consolidado do Componente URBANIZAÇÃO INTEGRADA: Infra-Estrutura Urbana e Social**

<b>Tema</b>	<b>O que funcionou</b>	<b>O que não funcionou</b>	<b>Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade</b>
<b>1- Saneamento Básico - Sistemas de Água, Esgotamento sanitário e Drenagem pluvial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Matriz de classificação de favelas principalmente quanto à localização geográfica;</li> <li>- Melhoria das condições sanitárias como por exemplo aumento de número de pontos de água no interior das casas e diminuição do número de ratos percebido pelos moradores;</li> <li>- Implantação dos sistemas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Educação sanitária quanto à completa ligação domiciliar sob responsabilidade do morador, principalmente quanto à instalação de caixa de gordura e separação da água da chuva das lajes;</li> <li>- O sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário apesar de recebido pela CEDAE não está sendo mantido nem operado pela Companhia;</li> <li>- Integração entre as esferas governamentais;</li> <li>- As normas e instrumentos para controle urbano</li> <li>- Tarifas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O comprometimento da CEDAE quanto à adução de água e tratamento de esgotos desde a fase inicial de planejamento da intervenção e critérios para escolha das áreas;</li> <li>- Intensificar as ações de educação sanitária quanto à necessidade de complementação das ligações domiciliares para permitir o correto funcionamento dos sistemas de esgotamento sanitário e drenagem pluvial;</li> <li>- Parceria com a CEDAE para que a mesma execute o ponto de abastecimento de água e deságüe de esgoto antes que a obra inicie, criar mecanismos para que isso seja garantido;</li> <li>- CEDAE assumir definitivamente a manutenção e operação do sistema objeto do convênio</li> </ul>
<b>2 - Sistema Viário e Iluminação Pública</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A implantação do sistema viário como contenção e implantação de guarda corpos aumentando a segurança dos pedestres;</li> <li>- Alteração do conceito das vias de meia encosta evitando abertura quando permite vetor de expansão da comunidade;</li> <li>- Melhora da acessibilidade;</li> <li>- Melhora nas condições de entrada de serviços públicos;</li> <li>- Melhoria da segurança devido à iluminação pública e abertura de vias;</li> <li>- Sistema;</li> <li>- Com o sistema viário implantado a expansão é vertical e prevista.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de continuidade de liberação de recursos para desapropriação;</li> <li>- Abertura de novas vias periféricas propicia o aparecimento de novas casas;</li> <li>- A solução para situação de risco pontuais;</li> <li>- Não houve melhora nas condições de segurança pública;</li> <li>- O tempo das desapropriações nem sempre acompanha a necessidade da obra e o fluxo de recursos constante para atendimento a demanda;</li> <li>- Os grandes anéis viários provocaram expansão do território da comunidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação prévia conjunta com os órgãos competentes na elaboração da matriz de classificação das comunidades (SMAC, SMO/GEO-RIO/RIO-ÁGUAS, SMU);</li> <li>- Expansão do programa de eletricista comunitário da RIOLUZ;</li> <li>- Construção de unidades habitacionais para reassentamento antes das obras de urbanização;</li> <li>- Ter atenção a real demanda de unidades habitacionais quando da época do projeto</li> <li>- As indenizações devem acontecer em um momento anterior ao início da obra</li> </ul>

**Grupos Vermelho e Verde: Infra-Estrutura Urbana e Social** (Continuação)

<b>Tema</b>	<b>O que funcionou</b>	<b>O que não funcionou</b>	<b>Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade</b>
<b>3 - Equipamento Social - Centros Comunitários, creches Infantis e áreas de esportes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Os equipamentos (creche, POUSO) implantados nas bordas de baixo são mais acessíveis;</li> <li>- Os equipamentos esportivos não devem ter vestiários nem cobertura por dificuldades de administração e manutenção;</li> <li>- O marco limite é um bom indicador desde que sejam retiradas as casas que ficaram fora e monitoradas com geo-referenciamento;</li> <li>- Creches, áreas de lazer e CEMASIS;</li> <li>- O grau de satisfação dos moradores quando conseguem chegar ao final do processo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O descompasso entre o cronograma de obras e a liberação de recursos para indenização de benfeitorias;</li> <li>- A dificuldade em demolir as irregularidades ("demolições exemplares");</li> <li>- As quadras cobertas – a falta de gestão do espaço;</li> <li>- A descontinuidade entre o trabalho de participação comunitária e o tempo da obra;</li> <li>- Falta de velocidade na definição da legislação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Localização dos equipamentos (creche, POUSO e equipamentos esportivos) nas bordas baixas da comunidade;</li> <li>- Equipamentos esportivos sem implantação de vestiários e banheiros;</li> <li>- Utilizar com mais intensidade as demolições exemplares;</li> <li>- Criar um documento garantindo que as quadras sejam sempre abertas para o uso da população da comunidade;</li> <li>- Repensar o modelo de participação comunitária que deve estar mobilizada quando da elaboração do projeto.</li> </ul>
<b>4 - Lições Aprendidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deverá ser criado o componente regularização urbanística com rubrica específica para garantir a execução no pós- obra;</li> <li>- A participação comunitária deverá ser incrementada em todas as fases do programa;</li> <li>- Padronização dos materiais a utilizar visando melhor conservação e manutenção;</li> <li>- Retorno do convênio com a GEO-RIO e fiscalização conjunta nos moldes PROAP-I;</li> <li>- O projeto deve ser elaborado até a etapa de projeto básico ficando assim o projeto executivo a ser elaborado durante a obra;</li> <li>- Necessidade de fortalecer a participação comunitária;</li> <li>- A nomenclatura de logradouros e a legislação urbanística viabiliza a fiscalização das novas construções;</li> <li>- Deve se ter atenção especial às áreas de risco, já que foi somente parcialmente atendido;</li> <li>- É necessário que a CEDAE já deixe a ligação de abastecimento de água e o ponto de deságüe do esgoto definidos e implantados antes que a obra comece;</li> <li>- Incentivar na população beneficiada sentimento para conservação das obras executadas</li> </ul>		

**GRUPO: Amarelo e Azul**

**Resultado consolidado dos Componentes SOCIAIS: Atenção a Crianças e Adolescentes e Geração de Trabalho e Renda**

<b>Tema</b>	<b>O que funcionou</b>	<b>O que não funcionou</b>	<b>Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade</b>
<b>1 - Plano de Ação Social Integrada PASI</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Articulações com as secretarias para encaminhamento de soluções;</li> <li>- O papel dos agentes comunitários;</li> </ul> <p>Os efeitos do PASI foram melhores quando as ações sociais executadas eram em conjunto com o desenvolvimento das ações de urbanização.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Realização diagnóstico sócio-econômico para subsidiar as ações a serem desenvolvidas nas comunidades.</li> <li>- O envolvimento da comunidade na escolha dos projetos.</li> <li>- O Plano como um instrumento de garantia de participação comunitária.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falta de articulação dos moradores;</li> <li>- Os projetos solicitados pela comunidade não necessariamente refletiam as suas necessidades;</li> <li>- Moradores evitam alguns temas nas reuniões (violência doméstica, drogas etc.);</li> <li>- Falta de sincronia com a obra;</li> <li>- Descompasso do tempo (PASI em relação da obra).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Necessidade de melhor levantamento sócio-econômico prévio;</li> <li>- Necessidade de mais reuniões prévias para a escolha dos projetos;</li> <li>- POUSO desde o início;</li> <li>- Mais recursos para os componentes sociais;</li> <li>- Criar um GT macro-funcional;</li> <li>- Reforçar a realização de um diagnóstico participativo para identificar as reais necessidades da comunidades, possibilitando assim uma resposta mais eficaz as suas demandas;</li> <li>- Delimitar e esclarecer os papéis e tempo de execução das ações sociais e das ações urbanística para se evitar a frustração de expectativas em relação ao Programa favela Bairro.</li> </ul>
<b>2 - Vínculo dos Projetos Sociais ao Programa Favela Bairro e Divulgação dos Projetos Sociais nas comunidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O trabalho técnico-social das gerências;</li> <li>- Houve variação na identificação (ONG, Prefeitura, Favela-Bairro ou Morar Legal?);</li> <li>- Divulgação dos projetos através dos uniformes, cartazes, Diário Oficial, Agentes Comunitários, Realização de Núcleos Pedagógicos com as ONGs para reforçar a identidade do Programa, eventos (lançamentos, formaturas, apresentação dos projetos)</li> <li>- Papel dos Agentes Comunitários e técnicos sociais;</li> <li>- Papel da comunidade como difusor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Algumas ONGs apresentavam os projetos como seus;</li> <li>- Houve variação na identificação (ONG, Prefeitura, Favela-Bairro ou Morar Legal?);</li> <li>- Não ficou claro para as comunidades sem obras o vínculo das ações sociais com o Programa Favela Bairro;</li> <li>- Visibilidade dos componentes sociais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforçar a divulgação dos Programas como do Favela-Bairro, inclusive via utilização permanente dos Agentes Comunitários;</li> <li>- Valorização dos espaços e equipamentos públicos (escolas da Rede Municipal de Educação e os Centros de Referência de Assistência Social) como pólos de divulgação dos Projetos e Ações do Programa Favela Bairro;</li> <li>- Aperfeiçoar e efetivar o Plano de Comunicação Social.</li> </ul>

**GRUPO: Amarelo e Azul (continuação)**

**Resultado consolidado dos Componentes SOCIAIS: Atenção a Crianças e Adolescentes e Geração de Trabalho e Renda**

<b>Tema</b>	<b>O que funcionou</b>	<b>O que não funcionou</b>	<b>Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade</b>
<b>3 - Local de execução dos Projetos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alguns programas funcionam melhor dentro e outros fora;</li> <li>- Integração das pessoas além das barreiras das comunidades (importante para os jovens);</li> <li>- Fora da comunidade - Em alguns projetos, a execução fora da comunidade possibilitou a integração com outras comunidades e com a cidade formal, ampliando os horizontes profissionais e de relacionamento, além de amenizar a influência das rivalidades dos conflitos</li> <li>- Dentro da comunidade – Programas direcionados aos moradores que trabalham fora (PAE).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Em alguns projetos a acessibilidade dos beneficiários dificultou a participação em alguns projetos;</li> <li>- Pouca divulgação em algumas localidades;</li> <li>- Quando todos os projetos são executados exclusivamente dentro da comunidade, contribui para a segregação da mesmo, e favoreceu a interferências dos grupos locais na gestão dos projetos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Usar pólos regionais para execução dos projetos;</li> <li>- <i>Avaliar tecnicamente as características de cada projeto e as demandas das comunidades.</i></li> </ul>
<b>4 - Processo de Seleção das Instituições e Parcerias com as ONGs</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adaptação junto ao BID do processo licitatório;</li> <li>- A utilização do 3º setor para execução de projetos;</li> <li>- Organização dos projetos por blocos, facilitando o acompanhamento e supervisão dos convênios;</li> <li>- Fortalecimento do entendimento do conceito de Parceria entre ONG e poder Público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realidade operacional aquém da “competência documental” das ONGs;</li> <li>- Algumas ONGs tentaram modificar os projetos;</li> <li>- Algumas ONGs se apresentavam como autoras dos projetos;</li> <li>- Limitação legal de número determinado de celebração de convênio por instituição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Capacitação das ONGs;</li> <li>- Deixar mais claro para as comunidades que as ONGs são apenas executoras;</li> <li>- Envolver as lideranças comunitárias no acompanhamento das ações;</li> <li>- Reavaliação dos procedimentos de seleção com vista ao aperfeiçoamento dos mesmos;</li> <li>- Capacitação para as ONGs que executam o mesmo projeto.</li> </ul>
<b>5 - Modelo de supervisão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Integração das supervisões técnica e contábil;</li> <li>- Envolvimento das lideranças comunitárias;</li> <li>- No caso das creches, a incorporação ao sistema de supervisão da SME (diretor também é funcionário da SME);</li> <li>- Descentralização da supervisão técnica e financeira pelos CRAS;</li> <li>- Realização sistemáticas das reuniões de Núcleos Pedagógicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Equipe reduzida;</li> <li>- Falta de meios (principalmente transporte);</li> <li>- (os dois anteriores) criaram hiato entre a ocorrência do problema e a constatação;</li> <li>- Não socialização das experiências exitosas;</li> <li>- Não retorno sistemático da avaliação dos relatórios técnicos das ONGs.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhor equipar materialmente as equipes e aumentá-las;</li> <li>- Para as creches, transformar os Conselhos de Educação Comunitários - CECs em realidade.</li> <li>- Realização de seminários específicos para apresentação das experiências e resultados.</li> </ul>

**GRUPO: Amarelo e Azul** (continuação)

**Resultado consolidado dos Componentes SOCIAIS: Atenção a Crianças e Adolescentes e Geração de Trabalho e Renda**

<b>Tema</b>	<b>O que funcionou</b>	<b>O que não funcionou</b>	<b>Recomendações para o Futuro/Sustentabilidade</b>
<b>6 - Projetos oferecidos no GTR e no ACA</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cursos profissionalizantes atrelados à Orientação para a Integração Econômica, Programa de Aumento de Escolaridade e ao Fundo carioca;</li> <li>- Capacitação para vida Profissional e para um aumento de renda e valorização pessoal;</li> <li>- Exercício do papel de articuladora da Mulher Ação com os CRAS;</li> <li>- Rádios comunitárias, Centros de Informática, Programa de Aumento de Escolaridade, Cursos de Capacitação Profissional,</li> <li>- Creches, Mulher-Ação, Inserção Familiar e Extremo Risco.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cooperativas populares;</li> <li>- OIE (tempestividade e concepção versus execução);</li> <li>- Algumas ONGs com vários projetos simultâneos.</li> <li>- pulverização das modalidades;</li> <li>- Visões equivocadas de alguns projetos (e.g., 4 a 6 e 7 a 14);</li> <li>- Tempo de duração dos projetos;</li> <li>- Oferta de vagas pequena em relação à demanda.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- OIE executada na sua concepção original.</li> <li>- Melhorar a acessibilidade dos locais de capacitação profissional;</li> <li>- Agregar as diversas modalidades e atender os beneficiários de forma mais completa e direta;</li> <li>- Inserir A SMC e SMEL para atuar nas áreas de complementação escolar de 4 a 14 anos de idade.</li> <li>- CRAS como centro de referência de divulgação e orientação das ações públicas disponíveis;</li> <li>- Atenção à denominação e estabelecimento dos objetivos dos projetos a fim de evitar expectativas.</li> </ul>
<b>7 - Interação com a Comunidade e Avaliação dos Beneficiários</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O trabalho do agente comunitário;</li> <li>- Boa aceitação dos projetos pelas comunidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alguns hiatos de tempo no trabalho dos agentes;</li> <li>- Falta de reuniões sistemáticas com a comunidade;</li> <li>- Oferta menor que a demanda;</li> <li>- Obras descompassadas com o social;</li> <li>- Não continuidade de projetos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Substituição paulatina para agentes comunitários concursados da Prefeitura;</li> <li>- Ampliação da oferta de projetos para o atendimento da demanda;</li> <li>- Absorção dos projeto pelas políticas públicas após o término dos projetos do Programa Favela Bairro.</li> </ul>
<b>8 - Lições Aprendidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Geração de conhecimento institucional capaz de acompanhar e replicar as eficácias dos projetos;</li> <li>- Necessidade de um histórico de atendimento social total das famílias (via banco de dados);</li> <li>- Necessidade de difusão na mídia dos projetos sociais sob a ótica da comunidade;</li> <li>- Necessidade de monitoramento &amp; avaliação antes do início;</li> <li>- Respeitar as especificidades e identidades de cada comunidade;</li> <li>- Integração maior nas comunidades das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social;</li> <li>- Focalizar a mulher como agente de transformação e inclusão em todos os projetos;</li> <li>- Incrementar as parcerias com a sociedade civil;</li> <li>- Projetos focalizados matricialidade sociofamiliar.</li> </ul>		



## ANEXO III

### Documento de Resumo das Avaliações do Mutuário/Executor

Observação: Essa avaliação será incorporada na versão final do PCR sem alteração e deverá ser apresentada ao Banco antes do Seminário de Encerramento.

	<b>Banco Interamericano de Desenvolvimento</b> <b>Relatório de Término de Projeto – PCR 2006</b> <b>Avaliação do Mutuário</b>	
Número do Projeto: BR 0250		
Agência(s) Executora(s): Secretaria Municipal de Habitação		
Mutuário: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro		
Data de Aprovação do Projeto: 15 de março de 2000		Data de Efetivo contrato: 19 de março de 2000
Data de Avaliação do Mutuário: 9 de outubro de 2006		Data da Reunião de Encerramento: 16 e 17 de outubro de 2006

#### Classificação de Desempenho do mutuário no Projeto

Probabilidade de alcance dos Objetivo(s) de Desenvolvimento:

☐ Muito Provável (MP)   ☒ Provável (P)   ☐ Pouco Provável (PP)   ☐ Improvável (I)

Implementação do Projeto:

☐ Muito Satisfatório (MS)   ☒ Satisfatório (S)   ☐ Insatisfatório (I)   ☐ Muito Insatisfatório (MI)

Resultado de Sustentabilidade do Projeto:

☐ Muito Provável (MP)   ☒ Provável (P)   ☐ Pouco Provável (PP)   ☐ Improvável (I)

Comentários

O programa alcançou a maioria dos efeitos esperados, como pode ser visto no Marco Lógico atualizado e é bastante provável que mantenha o fluxo de benefícios na população com probabilidade de alcançar impactos futuros.

Quanto à implementação do programa, nos parece satisfatória porém devemos destacar que o atraso na contratação do “monitoramento e avaliação” não nos permitiu ter elementos para medir efetivamente o seu desempenho.

Com relação à sustentabilidade do programa, prevemos que a maior parte dos projetos sociais continuem, uma vez que os mesmos estão sendo desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social com orçamento garantido através do SUAS – Sistema Unificado de Assistência Social, Política Pública do Governo federal, atuando em parceria com os Municípios.

As ações de urbanização integrada terão sua sustentabilidade mantida através da institucionalização do programa na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, como prevê o Decreto nº 26.865/06, em anexo.

#### Desempenho do Mutuário durante a Preparação do Projeto

Classifique seu próprio desempenho durante a Preparação do Projeto:

☐ Muito Satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

##### Comentários:

Cabe destacar que a equipe técnica que participou da preparação do Programa não está mais na Secretaria Municipal do Habitat. Porém, mediante documentação registrada, podemos afirmar que o desempenho foi satisfatório.

#### Desempenho do Mutuário durante a Execução

Classifique seu próprio desempenho durante a Execução do Projeto:

☒ Muito Satisfatório (MS) ☐ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

##### Comentários:

Apesar de alterações no Executivo Municipal, o Programa se manteve como prioridade. É pertinente também destacar a qualificação do corpo técnico da Prefeitura que, através da experiência adquirida na primeira etapa do Programa, garantiu a qualidade das ações desenvolvidas. Colaborou também para atingirmos um grau bastante satisfatório de execução do programa a forma de organização e gestão, através da criação da Secretaria Executiva do Programa, com uma coordenação e articulação autônoma, com pessoal próprio, infra-estrutura, comunicação etc., ajudando assim o processo de tomada de decisões e cumprindo, em sua maioria a tempo, as cláusulas contratuais e procedimentos do Banco.

#### Desempenho do Banco

Classifique o desempenho do Banco durante a preparação e supervisão do projeto. Considerar fatores tais como: qual o banco que facilitou o desenho do projeto, propuseram soluções técnicas adequadas para os problemas identificados e responderam com o que foi pedido pelo Mutuário (tempo, tipo de seleção de instrumento). Assistência técnica (incluindo treinamento formal e informal) para as Agências Executoras, tempo do Banco para responder às necessidades e flexibilidade de resposta em situações de emergência durante a implementação do projeto:

☐ Muito Satisfatório (MS) ☒ Satisfatório (S) ☐ Insatisfatório (I) ☐ Muito Insatisfatório (MI)

##### Comentários:

Na maior parte do tempo de execução do Programa tivemos uma efetiva parceria com o Banco ajudando na superação das dificuldades apresentadas. O Banco através da especialista setorial que nos acompanhou durante a maior parte da execução do Programa, demonstrou flexibilidade e capacidade de adaptação para responder situações de emergência e circunstâncias imprevistas. O desempenho do Banco teve um impacto positivo na operacionalização do Programa.

#### Sugestões Adicionais para Melhorar Desempenho do Banco

Comentários adicionais/ sugestões para melhoria do desempenho do Banco no futuro.

Sugestões:

1. condição prévia para desenvolver um Programa/Projeto seria a contratação do componente “Monitoramento & Avaliação” no início do mesmo;
2. assistência técnica formal aos executores em todos os componentes do Programa/Projeto; e
3. flexibilidade e simplificação das exigências documentais por parte do Banco.

#### ANEXO IV - AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DO PROAP II

TABELA 1 ÁREAS DE PÓS OBRAS SEGUNDO O INDICADOR DE INTEGRAÇÃO URBANA DO PASSADO E HOJE

NOME DA ÁREA	INDICADOR DE INTEGRAÇÃO URBANA NO PASSADO	INDICADOR DE INTEGRAÇÃO URBANA HOJE
<b>FAVELAS</b>		
Morro dos Cabritos	27	88
Grota	8	95
Vila do Céu	14	94
Bela Vista da Pichuna	14	85
Magno Martins	20	87
Vila Primavera	13	96
Santa Terezina	4	77
Morro Cotia	4	80
Santa Maria	19	92
Pau de Bandeira	23	90
Morro de São João	16	92
Cachoeirinha	12	82
Vila São Jorge	14	99
Morro Cachoeira Grande	7	86
Parque Silva Vale	6	90
Fazenda Botafogo	13	92
Te Contei	9	82
Jardim Beira Mar	9	92
Dois de Maio	5	93
Jacaré	10	88
Parque Acari	8	91
Águia de Ouro	12	94
Parque João Paulo II	14	87
Vigário Geral	7	97
Vila Esperança	14	84
Vila Rica de Irajá	13	88
<b>LOTEAMENTOS</b>		
Condomínio Cristo Redentor	7	95
Solar das Teixeira	29	71
Dois Riachos	11	89
Estrada de Sepetiba, 5541	4	92
Estrada da Margaça	3	87
Estrada de Sepetiba, 5501	10	95
General Afonso de Carvalho	31	78
Jardim Palmares II	19	87
Jardim Sepetiba	11	88
Sítio Santa Isabel	23	73
Vila Fernanda	16	93
Parque Morada Anchieta	0	83

Fonte: Diagonal Urbana Consultoria Ltda.2005

**TABELA 2 - DOMICÍLIOS CONFIRMANDO A DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS URBANOS; MÉDIA, MÁXIMO E MÍNIMO DA AMOSTRA DAS COMUNIDADES APÓS AS OBRAS**

FAVELAS URBANIZADAS	Correio na porta da Casa %	Água por Rede Geral %	Rede Geral de Esgoto %	Calçamento ou pavimento na frente da casa %	Iluminação Pública %	Lixo coletado por serviço de limpeza %	Lixo colocado em caçamba %
Morro São João	36.2	87.1	94.9	95.0	87.5	10.6	86.9
Santa Maria	79.3	67.8	93.9	96.6	93.1	27.9	70.5
Vila São Jorge	98.8	99.0	97.6	99.3	99.0	94.7	5.1
Grota	41.0	91.3	96.4	82.6	94.0	21.0	78.7
Parque Silva Vale	29.9	68.9	91.3	87.7	93.4	12.4	81.9
Bela Vista da Pichuna	29.4	84.1	97.4	92.9	83.2	21.9	77.5
Vila do Céu	87.6	94.6	99.2	100.0	95.1	89.9	9.5
Morro dos Cabritos	34.8	94.0	98.1	91.0	91.4	16.9	82.9
Cachoeirinha	12.8	90.2	87.9	87.9	85.0	16.6	79.5
Dois de Maio	22.7	97.5	93.4	100.0	91.3	18.6	71.7
Fazenda Botafogo	99.6	96.4	99.3	96.2	98.1	86.4	8.9
Jacaré	97.9	80.6	98.9	99.1	94.5	88.7	10.9
Jardim Beira Mar	92.9	86.7	99.8	99.6	99.8	51.0	47.4
Magno Martins	48.7	96.2	100	96.2	80.8	61.5	21.8
Morro Cachoeira Grande	15.1	89.1	92.7	97.9	97.0	20.2	67.2
Moro da Cotia	3.2	83.1	93.2	91.8	86.8	5.5	53.0
Parque Acari	95.4	97.5	99.8	99.4	73.3	48.0	52.0
Parque Águia de Ouro	56.5	99.7	99.7	94.3	88.0	31.0	66.4
Parque João Paulo II	6.7	87.8	99.3	87.2	91.3	16.4	83.6
Pau da Bandeira	30.8	97.6	92.9	94.9	82.6	5.9	93.3
Santa Terezinha	88.7	98.5	80.0	90.2	94.6	17.6	79.9
Te Contei	92.3	67.3	100	100	82.7	7.7	92.3
Vigário Geral	93.9	97.5	99.8	100	99.5	57.8	41.5
Vila Esperança	93.0	99.5	99.1	91.7	79.7	30.6	66.7
Vila Primavera	50.3	90.9	99.5	100	95.9	83.3	11.2
Vila Rica de Irajá	93.4	97.9	99.1	99.6	75.3	40.7	57.6
<b>Média</b>	<b>58.9</b>	<b>90.0</b>	<b>96.3</b>	<b>95.0</b>	<b>89.7</b>	<b>39.1</b>	<b>57.6</b>
<b>Máximo</b>	<b>99.6</b>	<b>99.7</b>	<b>100</b>	<b>100.0</b>	<b>99.8</b>	<b>94.7</b>	<b>93.3</b>
<b>Mínimo</b>	<b>3.2</b>	<b>67.3</b>	<b>80</b>	<b>82.6</b>	<b>73.3</b>	<b>5.9</b>	<b>5.1</b>
LOTEAMENTOS URBANIZADAS	Correio na porta da Casa	Água por Rede Geral	Rede Geral de Esgoto	Calçamento ou pavimento na frente da casa	Iluminação Pública	Lixo coletado por serviço de limpeza	Lixo colocado em caçamba
Cond. Cristo Redentor	95.5	1.1	95.5	83.0	89.8	97.7	3.3
Dois Riachos	12.7	53.9	97.5	100	100	100	0
Estrada do Magarça	99.5	97.5	93.5	97.1	97.1	100	0
Estrada Sepetiba, 5011	100	97.1	100	100	88.5	94.3	5.7
Estrada Sepetiba, 5541	98.3	100	100	100	93.3	96.7	3.3
Gen. Alfonso Carvalho	99.3	93.6	99.3	100	98.6	100	0
Jardim Palmares II	97.8	96.2	95.6	97.2	93.8	99.1	0.6
Jardim Sepetiba	66.3	100	96.7	98.9	94.6	64.1	35.9
Parque Morada Anchieta	16.1	8.1	89.3	92.9	97.3	80.4	19.6
Sítio Santa Isabel	99.6	2.9	97.8	96.9	96.9	99.6	0.4
Solar dos Teixeiras	95.6	3.3	100	86.8	85.3	54.4	45.6
Vila Fernanda	96.6	96.6	91.5	98.3	100	94.9	3.4
<b>Média</b>	<b>81.4</b>	<b>62.5</b>	<b>96.4</b>	<b>95.9</b>	<b>94.6</b>	<b>90.1</b>	<b>9.8</b>
<b>Máximo</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>45.6</b>
<b>Mínimo</b>	<b>12.7</b>	<b>1.1</b>	<b>89.3</b>	<b>83.0</b>	<b>85.3</b>	<b>54.4</b>	<b>0.0</b>

Fonte: Diagonal Urbana Consultoria Ltda.2005

**TABELA 3 - PERCEPÇÃO DE MORADORES QUANTO À SITUAÇÃO GERAL, A TRANSFORMAÇÃO DA COMUNIDADE EM BAIRRO E A ESTIMATIVA DA VALORIZAÇÃO DO IMÓVEL**

FAVELAS URBANIZADAS	Nota média para a situação na Comunidade		Depois das obras, a comunidade tornou-se mais um Bairro?		O valor do imóvel depois das obras incrementou-se ?	
	Antes das Obras	Depois das Obras	Meio bairro, meio favela	Tornou-se mais um bairro	Até o dobro	Mais que o dobro
Morro São João	2.4	8.7	36.8	41.6	65.1	17.7
Santa Maria	3.0	8.7	36.8	55.2	58.0	24.4
Vila São Jorge	1.9	8.9	10.5	86.9	65.4	25.9
Grota	1.8	8.5	35.6	56.0	55.0	38.0
Parque Silva Vale	2.0	8.1	36.2	38.6	55.9	21.6
Bela Vista da Pichuna	2.5	8.2	40.5	34.1	62.5	22.7
Vila do Céu	2.1	8.9	10.6	88.8	62.3	31.6
Morro dos Cabritos	3.4	8.2	43.9	39.8	57.9	22.3
Cachoeirinha	2.1	7.7	45.9	31.3	52.3	31.3
Dois de Maio	1.7	8.2	32.2	57.2	71.6	23.9
Fazenda Botafogo	2.2	8.3	26.6	64.9	62.0	32.2
Jacaré	2.3	8.2	35.7	56.0	64.8	18.6
Jardim Beira Mar	2.6	8.7	32.0	55.2	68.9	20.9
Magno Martins	3.1	7.5	50.6	36.4	74.2	12.9
Morro Cachoeira Grande	1.8	8.0	37.4	45.9	75.0	14.7
Moro da Cotia	2.2	7.5	44.7	36.4	78.0	14.6
Parque Acari	2.8	8.6	40.2	49.7	74.7	9.5
Parque Águia de Ouro	2.2	8.3	36.8	44.1	64.8	6.6
Parque João Paulo II	2.7	7.8	47.6	31.4	67.7	9.7
Pau da Bandeira	2.7	8.5	43.4	37.1	54.3	18.1
Santa Terezinha	1.9	8.0	13.8	81.3	68.8	25
Te Contei	1.8	8.2	47.1	25.5	57.9	26.3
Vigário Geral	2.1	9.0	32.9	58.0	72.6	15.7
Vila Esperança	2.9	8.2	44.4	49.9	7.4	11.1
Vila Primavera	2.1	8.7	27.0	71.9	75.8	19.7
Vila Rica de Irajá	3.0	8.2	47.8	41.6	81.5	4.6
<b>Média</b>	<b>2.4</b>	<b>8.3</b>	<b>36.0</b>	<b>50.6</b>	<b>63.6</b>	<b>20.0</b>
<b>Máximo</b>	<b>3.4</b>	<b>9.0</b>	<b>50.6</b>	<b>88.8</b>	<b>81.5</b>	<b>38.0</b>
<b>Mínimo</b>	<b>1.7</b>	<b>7.5</b>	<b>10.5</b>	<b>25.5</b>	<b>7.4</b>	<b>4.6</b>
<b>LOTEAMENTOS URBANIZADAS</b>						
Cond. Cristo Redentor	1.6	8.2	16.3	77.9	65.0	25.0
Dois Riachos	2.5	8.6	6.3	93.7	76.2	14.3
Estrada do Magarça	1.9	8.5	3.9	90.7	66.1	27.4
Estrada Sepetiba, 5011	1.3	9.3	4.3	95.7	75.0	25.0
Estrada Sepetiba, 5541	1.3	8.3	6.7	93.3	68.0	24.0
Gen. Alfonso Carvalho	2.9	8.5	6.3	93.0	72.7	11.4
Jardim Palmares II	1.7	8.1	12.7	80.7	63.0	22.7
Jardim Sepetiba	2.1	8.7	12.0	88.0	78.7	17.0
Parque Morada Anchieta	0.9	7.7	31.8	65.5	67.7	27.7
Sítio Santa Isabel	1.9	7.8	22.0	67.8	63.9	27.8
Solar dos Teixeiras	2.4	7.2	21.9	67.2	77.3	18.2
Vila Fernanda	1.3	9.2	3.4	96.6	89.5	5.3
<b>Média</b>	<b>1.8</b>	<b>8.3</b>	<b>12.3</b>	<b>84.2</b>	<b>71.9</b>	<b>20.5</b>
<b>Máximo</b>	<b>2.9</b>	<b>9.3</b>	<b>31.8</b>	<b>96.6</b>	<b>89.5</b>	<b>27.8</b>
<b>Mínimo</b>	<b>0.9</b>	<b>7.2</b>	<b>14.1</b>	<b>84.9</b>	<b>63.0</b>	<b>5.3</b>

Fonte: Diagonal Urbana Consultoria Ltda.2005

TABELA 4 NOTAS PELA SATISFAÇÃO DE MORADORES COM VÁRIAS SITUAÇÕES EXPLICATIVAS E NÃO INCLUIDAS NAS APURAÇÕES DO INDICADOR DE INTEGRAÇÃO URBANA

FAVELAS URBANIZADAS	MÉDIA DAS SITUAÇÕES	LOTEAMENTOS URBANIZADAS	MÉDIA DAS SITUAÇÕES
Morro dos Cabritos	7,1	Cond.Cristo Redentor	5,4
Grota	6,6	Solar das Teixeira	4,6
Vila do Céu	6,5	Dois Riachos	6,6
Bela Vista da Pichuna	6,0	Estr.de Sepetiba, 5541	5,1
Magno Martins	5,9	Estrada da Margaça	5,2
Vila Primavera	7,2	Estr.de Sepetiba, 5501	5,9
Santa Terezina	6,7	Gen.Afonso de Carvalho	6,6
Morro Cotia	6,6	Jardim Palmares II	5,8
Santa Maria	7,5	Jardim Sepetiba	6,6
Pau de Bandeira	6,7	Sítio Santa Isabel	4,8
Morro de São João	7,0	Vila Fernanda	5,7
Cachoeirinha	6,6	Parque Morada Anchieta	4,9
Vila São Jorge	8,0	<b>Média</b>	<b>5,6</b>
Morro Cachoeira Grande	7,1		
Parque Silva Vale	6,1		
Fazenda Botafogo	6,9		
Te Contei	6,9		
Jardim Beira Mar	7,2		
Dois de Maio	7,2		
Jacaré	6,3		
Parque Acari	6,9		
Águia de Ouro	6,6		
Parque João Paulo II	6,6		
Vigário Geral	7,3		
Vila Esperança	7,1		
Vila Rica de Irajá	7,0		
<b>Média</b>	<b>6,9</b>		

Fonte: Diagonal Urbana Consultoria Ltda.2005

#### Observação do Relatório Final de Avaliação do Programa Favela-Bairro (PROAP II)

“Certas variáveis consideradas explicativas não entraram nas apurações do indicador de integração urbana do ponto de vista quantitativo pelo fato de não se possuir as respectivas notas médias das respectivas áreas antes das obras ou pelo fato de não estarem diretamente relacionadas no âmbito do Programa Favela-Bairro. Mas, nem por isso, elas deixam de ser importantes para o melhor conhecimento da realidade urbanística por elas passível de revelação.

Sob tal ressalva, outras dez variáveis analisadas para esse estudo e relacionadas com a valorização da população referidas a situação vivida na comunidade, incidindo sobre a situação levantada no momento pós-obras, foram as seguintes:

1. Segurança em relação à violência;
2. Segurança em relação a incêndio;
3. Limpeza das vias de passagem;
4. Limpeza em torno da sua casa;
5. Facilidade do transporte coletivo;
6. Facilidade de acesso aos serviços de saúde;
7. Acesso à creche;
8. Acesso à escola;
9. Relação com os moradores do bairro vizinho; e
10. Relação com os moradores da comunidade.

Os valores médios de cada variável foram condensados em um único indicador para cada uma das áreas pesquisadas. Nota-se como ao contrário das altas notas de satisfação obtidas pelos serviços diretamente decorrentes das obras realizadas, há um desamparo nesses outros aspectos. A nota média das 38 comunidades atingiu apenas 6,4 e muitas delas ficaram com média abaixo de 5 ou em torno desse valor. “

Fonte: Relatório Final de Avaliação do Programa Favela-Bairro, pp.29,30 DIAGONAL, RJ, Janeiro 2006

**TABELA 5**  
**RESUMO DE RESULTADOS QUALITATIVOS DOS PROGRAMAS**  
**SOCIAIS DO PROAP II**

Os resultados qualitativos dos programas sociais do PROAP II, a seguir relacionadas, baseiam-se nas pesquisas realizadas entre julho e setembro de 2005 pela empresa Diagonal Urbana Consultoria Ltda. em 35 grupos focais constituídos de um total de 325 beneficiários em oito projetos sociais do PROAP II, e cujos resultados estão documentados no relatório *Avaliação de Impactos Sociais do Programa Favela Bairro (PROAP II)*

### 1. Projeto Creche

CATEGORIA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Desenvolvimento da Criança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de hábitos alimentares mais variados e saudáveis</li> <li>• Aumento de peso e desenvolvimento físico</li> <li>• Aquisição de hábitos de higiene</li> <li>• Comportamento mais afetuoso</li> <li>• Disposição para cumprir regras</li> <li>• Melhor organização dos relatos</li> <li>• Aumento do vocabulário</li> <li>• Maior capacidade de concentração</li> <li>• Melhora na coordenação motora</li> <li>• Realização de pequenas tarefas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preocupação da família quanto à impossibilidade de manter o nível alimentar que a creche oferece</li> </ul>
Família	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Possibilidade para a mãe procurar emprego, trabalhar o fazer curso</li> <li>• Permite cumprir jornada de trabalho mais longa</li> <li>• Organização da creche permite o planejamento diário da mãe</li> <li>• Menor dependência de favores de parentes ou vizinhos</li> <li>• Redução das despesas com a criança</li> <li>• Percepção de que as crianças estão mais protegidas dos perigos externos</li> <li>• Maior confiabilidade pela presença de pessoas da comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menor preocupação com a educação da criança por parte das mães(citado nos grupos como aspecto positivo)</li> </ul>
Vida Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de empregos para pessoas da comunidade</li> <li>• Menor número de crianças na rua</li> </ul>	

### 2. Projeto Talentos da Vez

CATEGORIA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reinsersão Escolar</li> <li>• Reconhecimento da necessidade de prosseguir nos estudos</li> <li>• Associação do êxito profissional com a escolaridade</li> </ul>	
Desenvolvimento do Talento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação de referências profissionais positivas</li> <li>• Descoberta e/ou aperfeiçoamento do talento</li> <li>• Opção pelo trabalho "Por trás dos Palcos"</li> </ul>	
Desenvolvimento Profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da escolha profissional</li> <li>• Melhor qualificação e segurança para a busca de um trabalho</li> <li>• Expansão da rede de relações profissionais</li> </ul>	Preocupação pelo futuro no mercado de trabalho
Família	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento da família pela colocação profissional do jovem</li> <li>• Melhoria da renda familiar</li> </ul>	
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disposição e entusiasmo para transmitir os conhecimentos adquiridos</li> <li>• Reconhecimento pela comunidade das experiências pessoais dos jovens</li> <li>• Expansão da rede de relações além da sua comunidade</li> </ul>	



### 3. Projeto “Com Licença eu vou a Luta”

CATEGORIA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Relações Familiares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da comunicação pessoal e redução da timidez</li> <li>• Percepção de que pode ser útil</li> <li>• Melhoria das relações entre pais, filhos e netos</li> <li>• Mudanças na rotina caseira e aumento de atividades em grupo</li> </ul>	
Vida na Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo mais sociável e disposto para a vida comunitária</li> <li>• Ampliação da rede de relações</li> <li>• Ampliação das atividades dentro da comunidade</li> <li>• Maior acesso a informação sobre atividades desenvolvidas na comunidade</li> </ul>	
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo para o retorno à escola e demais cursos</li> <li>• Possibilidade de ajuda mútua entre os parentes que estudam</li> <li>• Reconhecimento da escolarização como requisito para sua reinserção no mundo do trabalho</li> </ul>	
Desenvolvimento Profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação do conhecimento e noções de trabalho</li> <li>• Aumento da competitividade</li> <li>• Maior disposição para procurar emprego</li> <li>• Percepção da melhoria da qualificação a partir do ingresso no projeto</li> <li>• Possibilidade de montar um pequeno negócio</li> <li>• Desenvolvimento de clientela local</li> <li>• Percepção de que pode ser útil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Percepção de que a idade é um limitador para conseguir emprego</li> </ul>

### 4. Projeto Aumento de Escolaridade PAE

CATEGORIA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização do ensino.</li> <li>• , Ingresso no ensino médio, em profissionalizante ou pré-vestibular.</li> <li>• Ampliação de conhecimentos. gerais</li> <li>• Reconhecimento de sua importância como pessoa.</li> <li>• Aquisição de hábitos de leitura de jornal e valorização de outros tipos de leitura.</li> <li>• Estímulo para incorporação à escola de outros membros da família.</li> </ul>	
Vida Profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maiores oportunidades de trabalho e maior competitividade.</li> <li>• Ascensão profissional a partir da conclusão dos estudos.</li> </ul>	
Vida Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da comunicação, a partir do momento em que os indivíduos passaram a ter novos hábitos de leitura tornando-se mais informados.</li> </ul>	

### 5. Projeto Cursos Profissionalizantes

CATEGORIA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retorno aos estudos como uma busca por melhor qualificação para o mercado de trabalho.</li> </ul>	
Vida Profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Descoberta sobre diversos campos de atuação como Cuidadores de Idosos e Agentes Comunitários de Saúde</li> <li>• Aumento das oportunidades para trabalhos esporádicos.</li> <li>• Desenvolvimento de nova maneira de se relacionar com os clientes (costureiras) ou maneiras de economizar na compra de materiais (construtores civis).</li> <li>• Reconhecimento do Diploma, possibilitando o aumento de oportunidades de emprego.</li> <li>• Identificação da cooperativa como uma alternativa de inserção no mercado de trabalho</li> </ul>	

## 6. Projeto Centros de Informática

CATEGORIA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crianças e jovens mais estimulados a ir à escola.</li> <li>• Melhoria do desempenho escolar dos alunos.</li> <li>• Contribuição para o êxito na alfabetização de alunos na classe de progressão.</li> <li>• Diminuição da taxa de evasão escolar.</li> <li>• Melhoria nas condições pedagógicas da escola.</li> <li>• Reinserção de adultos na escola.</li> </ul>	
Vida Profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão digital proporcionou maior empregabilidade e competitividade no mercado de trabalho.</li> <li>• Certificação dos cursos melhora oportunidades de trabalho</li> <li>• Maior acesso à informação e melhores condições de comunicação (uso de e-mail e pesquisas na internet).</li> <li>• Melhoria na qualificação de profissionais da escola.</li> </ul>	
Vida Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação do papel da escola como promotora do desenvolvimento local.</li> <li>• Desenvolvimento de responsabilidades coletivas na comunidade.</li> <li>• Reforço da rede de solidariedade e responsabilidade entre os habitantes locais.</li> <li>• Maior disposição e aptidão para trabalhar pelo bem da coletividade.</li> <li>• Aproximação de moradores de comunidades rivais.</li> <li>• Desenvolvimento da cidadania entre moradores locais.</li> <li>• Compartilhamento dos conhecimentos adquiridos no curso - ajuda entre beneficiários.</li> </ul>	

## 7. Projeto Agente Jovem

CATEGORIA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação dos conhecimentos gerais dos jovens.</li> <li>• Maior capacidade de absorção de conhecimentos e de sua transmissão aos mais próximos.</li> <li>• Desenvolvimento de consciência política crítica.</li> <li>• Melhoria na maneira de se relacionar na escola (sociabilidade)</li> <li>• Desenvolvimento da noção de responsabilidade.</li> </ul>	
Vida Familiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria no relacionamento intrafamiliar</li> <li>• Ampliação dos temas de diálogo na família. (a partir dos temas trazidos pelo curso)</li> </ul>	
Vida Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudanças no olhar da comunidade sobre os agentes após o projeto</li> <li>• Mudança em suas próprias percepções sobre a comunidade</li> <li>• Aumento da consciência sobre o cuidado com o meio ambiente</li> <li>• Maior integração entre os jovens de comunidades distintas</li> </ul>	

## 8. Projeto Meu Primeiro Emprego

CATEGORIA	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
Escolaridade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento da escolarização como requisito para sua reinserção no mundo do trabalho.</li> <li>• Melhor desempenho na escola.</li> <li>• Estímulo à permanente qualificação para se manter competitivo no mercado.</li> </ul>	
Vida Profissional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da autoconfiança.</li> <li>• Formalização de experiência a partir da realização de estágio.</li> <li>• Melhoria no currículo com a citação de referências adquiridas no projeto.</li> <li>• Reconhecimento da necessidade de constante atualização dos conhecimentos para se manter competitivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Frustração da expectativa de emprego proporcionado pelo projeto.</li> </ul>
Vida Comunitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria na comunicação e adoção de novas posturas pessoais.</li> <li>• Mudança na forma de ver a comunidade.</li> <li>• Ampliação das redes de relação.</li> <li>• Reconhecimento, pela comunidade, da aquisição de um novo "status".</li> </ul>	
Relações Familiares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria das relações familiares.</li> <li>• Melhores condições para a superação da timidez.</li> <li>• Reconhecimento, por parte da família, de que os jovens podem assumir novas responsabilidades.</li> <li>• Maior autonomia diante da família.</li> <li>• Aumento da cobrança, por parte da família, em relação a emprego.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da cobrança, por parte da família, em relação a emprego.</li> </ul>

## **ANEXO V**

### **FICHA – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

#### **TÍTULO: PROGRAMA FAVELA-BAIRRO– REGULARIZAÇÃO E TITULAÇÃO DA FAVELA QUINTA DO CAJU**

##### **A) DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO IRREGULAR:**

A Favela Quinta do Caju está localizada na Zona Norte do Município do Rio de Janeiro, no Bairro denominado Bairro do Caju.

A concepção do trabalho de regularização fundiária foi iniciada em 1994, pela Prefeitura. Nesta época, por se tratar de terras da União, a Prefeitura começou a promover gestões junto a Gerência Regional de Patrimônio da União no Rio de Janeiro para formalização do contrato de cessão sob regime de aforamento.

No entanto, apenas entre os anos de 2003 e 2004 a regularização fundiária foi efetivamente implementada, através do programa Favela-Bairro.

O programa Favela –Bairro, realizado pela Prefeitura municipal, promoveu a regularização urbanística da favela, enquanto a entrega de títulos jurídicos de reconhecimento da posse foi promovida pelo Programa do Ministério das Cidades denominado de Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável – Papel Passado.

A favela ocupa área pública de 56.725,59 metros quadrados, abrangendo 843 famílias.

A área não contava com infra-estrutura urbana, antes do processo de regularização. Na verdade, a infra-estrutura só foi recebida pela urbanização efetuada através do programa Favela-Bairro.

##### **B) PROCEDIMENTOS INSTITUÍDOS PELA LEGISLAÇÃO PARA CORREÇÃO DAS IRREGULARIDADES:**

A iniciativa do projeto de regularização fundiária foi conjunta, pois partiu dos moradores da prefeitura do Rio de Janeiro e da União.

A situação analisada é considerada o primeiro processo de regularização fundiária em terras da União concluído no Município. A ação foi desenvolvida a partir de 2003 com atuação conjunta do governo federal e prefeitura.

O processo foi iniciado com a aprovação na Câmara Municipal do Rio de Janeiro da lei proposta pela Prefeitura que reconheceu a Quinta do Caju como Área de Especial Interesse Social (AEIS), isto é, uma área definida com padrões especiais de urbanização para execução de projetos voltados para população de baixa renda. Sofreu urbanização pelo programa Favela-Bairro e logo em seguida foi incluída no programa do Ministério das Cidades, denominado Programa Nacional de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável- Papel Passado, coordenado pela Secretaria Nacional de Programa Urbano do Ministério das Cidades e executado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento. O programa federal permitiu o registro da área em cartório e na Secretaria do Patrimônio da União, favorecendo a individualização dos títulos dos lotes e sua transferência aos moradores.

Deste modo, percebe-se que a área sofreu a ação de dois programas de regularização, um de âmbito federal e outro de âmbito Municipal.

Inicialmente a área sofreu a intervenção do programa Favela-Bairro que possibilitou a urbanização e transformação numa área municipal regularizada. A partir desta ação, o local passou a ter uma legislação de uso e ocupação do solo, com parâmetros urbanos como qualquer outro bairro formal da cidade.

Pelo Programa Favela-Bairro, em 2004, a Quinta do Caju foi submetida a um minucioso reconhecimento de logradouros, elaborando gabaritos, cadastrando e medindo imóveis, culminando com a emissão de habite-se e cadastro no IPTU.

Por outro lado, a área sofreu a influência do programa federal papel passado, que possibilitou a regularização jurídica da área, através da atribuição dos títulos de propriedade aos moradores locais.

##### **B.1) Descrição do Programa Favela-Bairro, cujas características incidiram na favela da Quinta do Caju:**

Com a criação da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) no ano de 1994, foi iniciada a função de coordenar a implantação da Política Habitacional do Município, que tinha como objetivo conciliar os direitos individuais e possibilidades coletivas de construção da cidade. Os recursos públicos, neste sentido, passaram a ser direcionados para ações próprias coletivas de Infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos. É neste contexto que foi elaborado o Programa Favela-Bairro, direcionado para promover a integração das favelas ao tecido urbano (e social) formal.

A transformação de favelas em bairros se concretiza com a participação direta da população em intervenções simultâneas nos âmbitos físico-urbanístico e social, abrangendo:

- A construção e/ ou complementação da infra-estrutura urbana básica, com vistas a ampliar o acesso aos equipamentos e serviços de saúde, segurança e limpeza urbana;
- Introdução nas favelas de elementos urbanísticos capazes de conferir a cada assentamento o caráter de bairro;
- Inserção das favelas no processo de planejamento, com sua inserção na legislação urbanística, planos e programas da cidade, na cartografia oficial, cadastros e mecanismos de controle de uso e ocupação do solo, bem como sua inclusão na programação de manutenção dos serviços e equipamentos instalados;
- Implementação de ações de caráter social, com ênfase nos programas dedicados à infância, juventude e terceira idade, formação profissional, geração de emprego e renda, além de atividades esportivas, culturais e de lazer.

É importante salientar, que todas as ações do programa, contaram com uma reestruturação das Secretarias da Administração Municipal. No que tange à função do Desenvolvimento Urbano, a Secretaria Municipal de Habitação conta com a cooperação das Secretarias de Obras e Serviços Públicos, Urbanismo e Meio Ambiente, além da Fundação Parques e Jardins e da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (COMLURB).

Já no que se refere às Políticas sociais, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social foi encarregada da manutenção dos Centros Municipais de Atendimento Social Integrado (CEMASIS), parte integrante das atividades do Programa Favela-Bairro, local onde se congrega uma ampla oferta de serviços sociais, que atendem uma ampla faixa etária desde a primeira até a terceira idade.

As Secretarias de Educação e Cultura estendem às favelas a administração de equipamentos como creches e bibliotecas públicas.

A transformação de favela em bairro, operada pelo programa colocou em pauta de discussão a manutenção da qualificação espacial obtida. Neste sentido, foi feita uma parceria. Se por um lado o Poder Público assumiu o dever de urbanizar as favelas, integrando-as ao tecido urbano formal, por outro os moradores começaram a assumir o dever de participarem da manutenção das benfeitorias implantadas.

Desta forma, foram criados os Postos de Orientação Urbanística e Social (POUSOs), incorporados à estrutura da Secretaria Municipal de Urbanismo. Os Pousos são Postos de Orientação Urbanística e Social instalados nas comunidades em fase final de obra do Favela-Bairro. Estes pousos são integrados por equipes de arquitetos, engenheiros, assistentes sociais e agentes comunitários.

A atuação destes postos é baseada em um processo educativo que procura conscientizar a população sobre a necessidade de adotar um novo comportamento, diante das transformações ocorridas no local. Neste sentido, os Postos devem mediar as relações entre o novo bairro e as instâncias administrativas responsáveis pela prestação de serviços urbanos, incluída a fiscalização sobre reformas e novas edificações.

Os POUSOs, por meio da Coordenadoria de Orientação e Regularização Urbanística, tem a competência de desenvolver todo o processo de reconhecimento de logradouros definindo nome para as ruas, em conjunto com a população local, realizar mapeamentos temáticos que subsidiam a elaboração da legislação, propor legislação de uso e ocupação do solo, conceder habite-se, licenciar obras e exercer fiscalização.

Eles atuam orientando os moradores sobre a importância da preservação dos espaços públicos e dos equipamentos implantados. O Pousos também desenvolve uma legislação urbanística para as comunidades.

O objetivo deste órgão é apoiar a continuidade do processo integrador iniciado com as intervenções do programa, assegurando a presença do Poder Público nas comunidades, articulando com órgãos responsáveis pelo reconhecimento de lixo, instalação e manutenção da rede elétrica, fornecimento de água e outros serviços públicos.

Além disto, a equipe do Pouso deve orientar novas construções ou ampliações para evitar que sejam feitas em áreas públicas ou em locais de risco, mantendo assim o alinhamento das ruas. Este trabalho visa impedir o crescimento da favela e o surgimento das invasões.

O programa de regularização foi previsto em Plano Diretor. Nos termos do artigo 58 do Plano Diretor, as favelas serão objeto de estruturação e regularização pelo Poder Público, através de ações de regularização fundiária, urbanização e integração na malha urbana. De acordo com o parágrafo §2º estas áreas poderão ser declaradas Áreas de Especial Interesse Social (AEIS).

Por sua vez, o artigo 105, parágrafo §3º previu as Áreas de Especial Interesse como espaços da Cidade perfeitamente delimitados sobrepostos em uma ou mais Zonas, que serão submetidos a regime urbanístico específico, relativo a formas de controle que prevalecerão sobre os controles definidos para a Zona ou as Zonas que as contém.

No processo de delimitação das AEIS o plano prevê a participação popular na delimitação de Áreas de Especial Interesse, através de audiências públicas com a população local.

O Plano Diretor determina no artigo 141 que Lei de iniciativa do Poder Executivo delimitará como AEIS os imóveis públicos ou privados necessários a implantação de programas habitacionais e os ocupados por favelas. Isto porque, o inciso I deste mesmo dispositivo legal prevê que a declaração de especial interesse social é condição para a inclusão de determinada área no programa de urbanização e regularização de favelas, previsto no artigo 146.

O artigo 138, III estabeleceu como objetivo da política habitacional a urbanização e regularização fundiária de favelas e de loteamentos de baixa renda. Um dos instrumentos básicos para realizar esta política, de acordo com o artigo 140, I, é a declaração e delimitação das AEIS.

O artigo 146, inciso I previu como programa prioritário da política habitacional do Município o programa de urbanização e regularização fundiária de favelas.

Os artigos 147 à 155 tratam especificamente do Programa de Urbanização e Regularização Fundiária de Favelas. Definem o sentido de favela, regulam as formas de intervenção que o programa promoverá, bem como as etapas que envolverão a urbanização.

O artigo 149 previu uma importante diretriz, a qual foi incorporada expressamente no programa favela-bairro. Nos termos deste dispositivo legal, as favelas integrarão o processo de planejamento da cidade, constando nos mapas, cadastros, planos, projetos e legislação relativos ao controle do uso e ocupação do solo e da programação de atividades de manutenção dos serviços e conservação dos equipamentos nelas instalados.

Além do Plano Diretor, o Programa foi regulamentado por Lei Específica, editada pelo Poder Executivo que criou as AEIS (Áreas de Especial Interesse Social).

A Lei nº 2616 de 16/10/1998 declarou como de Especial Interesse Social para fins de regularização as áreas que menciona em seu anexo, dentre elas a Quinta do Caju, bem como estabeleceu os respectivos padrões de urbanização, nos termos que do parágrafo 1º do art. 141 da Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992 (Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro).

A gleba de 56.725, 59 metros quadrados foi definida como ZEIS e abrangeu 843 famílias. A renda média da população atingida está em torno de 3 salários mínimos.

A ZEIS é considerada um instrumento integrante da Política Habitacional do Município.

Nos termos da Lei 2616, a área foi demarcada em função do acesso a infra-estrutura urbana. O artigo 3º da Lei nº 2616/1998 dispõe que as áreas de especial interesse serão declaradas respeitando os seguintes padrões de urbanização, parcelamento da terra, uso e ocupação do solo: I - sistema viário e de circulação, com mínimo de acessos às moradias, compreendendo ruas, vielas, escadarias e passagens; II - condições satisfatórias de esgotamento pluvial, de esgotamento sanitário e de abastecimento de água potável; III - dimensões do lote mínimo definidas em função da especificidade da ocupação já existente e de condições de segurança e higiene; IV - uso predominante residencial.

As ZEIS são monitoradas por Conselhos, através do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro, Proap.

Tanto o tamanho do lote máximo quanto mínimo é definido no plano de urbanização que deve ser aprovado, sendo por vezes comum coincidir com a projeção da edificação.

Os lotes nas ZEIS admitem uso misto.

Vale a pena ressaltar a participação popular realizada através de Assembléias na comunidade, reuniões técnicas, visitas de agentes de participação comunitária e entrega de material didático.

No que toca as formas de financiamento do programa, a favela foi regularizada com recursos oriundos do programa Favela-Bairro.

Quando o programa foi lançado em 1994, no âmbito da Secretaria Municipal de Habitação, foi utilizado recursos próprios, incluindo a equipe técnica envolvida, abrangendo quinze favelas.

Em novembro do ano seguinte (1995) foi firmado o primeiro contrato de financiamento com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no valor de 246 milhões de reais para execução do programa de urbanização de Assentamentos populares do Rio de Janeiro (PROAP-RIO), que abrange tanto a Favela-Bairro, que tem o número de áreas de atuação ampliado para noventa, como o Programa Morar Legal.

O segundo contrato de empréstimo, no valor de 324 milhões de reais, celebrado em 2000, não só assegurou a continuidade ao Favela-Bairro, como incorporou novas áreas de intervenção.

Durante o processo de regularização a Defensoria Pública promoveu assistência jurídica para a população local.

### **C) REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA:**

O loteamento foi regularizado com base no plano urbanístico. Neste caso, o plano foi realizado para aprovação do projeto de alinhamento e loteamento, reconhecimento de logradouros, edição da legislação de uso e ocupação e emissão de certidão de habite-se.

### **D) INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO:**

Foi escolhido como título adequado para promover a regularização da área a compra e venda. Neste caso, os adquirentes receberam o Termo de compra e venda do imóvel de cada lote que já estava devidamente individualizado no Cartório de Registro de Imóveis. Logo em seguida, estes termos foram registrados na Gerência Regional de Patrimônio da União/RJ.

É interessante ressaltar como foi o acordo celebrado entre a SPU/RJ e o Município do Rio de Janeiro para promoção do programa de regularização fundiária.

A União transferiu por cessão (aforamento) os terrenos de marinha para o Município do Rio de Janeiro. Esta transferência foi realizada de forma gratuita, com o encargo do Município efetuar as obras de urbanização. Ao terminar estas obras, o ente municipal se comprometeu a transferir as áreas individualizadas para os ocupantes.

Neste momento, a Secretaria do Patrimônio da União elaborou certidões sobre a situação fiscal dos moradores, permitindo que os mesmos celebrem termo de compra e venda do imóvel junto ao Município.

De posse deste termo os moradores dirigem-se aos Cartórios para registrarem suas propriedades, transferindo os lotes de forma individualizada. Até o mês de janeiro de 2005, foram registrados 36 títulos.

Depois de 60 dias que efetuaram o registro no Cartório, os ocupantes deverão dirigir-se à SPU para regularizarem sua situação junto a este órgão, atestando a modificação da titularidade do bem, anteriormente pertencente à União. (Os moradores ainda estão realizando este processo, durante o mês de janeiro de 2005). Ao entrar em contato com a SPU, o órgão não tinha contabilizado a quantidade de títulos registrados, pois o processo estava iniciando, no mês de janeiro deste ano.

### **E) REGISTRO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS:**

Até o mês de fevereiro de 2005, os títulos estavam em processo de registro, conforme descrito no item anterior. Foi necessária a promoção de abertura de matrículas no Cartório de Registro de Imóveis.

Os títulos foram registrados em nome do titular do cadastro na Superintendência de Patrimônio da União/RJ e/ou analisados caso a caso, sendo que não houve preferência para o registro de títulos em nome das mulheres.

### **F) RESULTADOS (pós-regularização) – COMPATIBILIDADE ENTRE A PREVISÃO DA LEGISLAÇÃO E O QUE EFETIVAMENTE FOI CONCRETIZADO:**

Este estágio do processo para a Favela do Caju ainda está em andamento. No entanto, foi afirmado pelas responsáveis pela Gerência Técnica da Coordenadoria de Programas Especiais da Prefeitura do Rio de Janeiro que houve integração das áreas regularizadas nos sistemas de gestão municipal. Além disto, houve manutenção da infra-estrutura implementada, no que toca à cobrança do IPTU, manutenção de áreas

públicas, transportes, educação, cultura, saúde, policiamento, gerenciamento de riscos e sistema de gestão participativa.

#### **G) IMPACTOS DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO:**

Foram promovidas no Bairro da Quinta do Caju ações sociais, econômicas, ambientais, de trabalho e renda no âmbito do Programa Favela-Bairro.

Com relação ao mercado imobiliário e no que toca ao valor da terra as ações de regularização não produziram efeitos.

A área foi inserida em cadastro Oficial.

#### **H) DADOS QUANTITATIVOS – RESULTADOS DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO:**

No que toca às ações de regularização fundiária, já estavam no local e permaneceram 843 famílias. Foram entregues 96 títulos de propriedade e até o mês de janeiro de 2005 registrados em Cartório 36 títulos.

#### **FLUXOGRAMA:**

- 1) PLANO DIRETOR – 1992
- 2) PROGRAMA FAVELA-BAIRRO – 1994
- 2.1) Declaração da Favela do Caju (AEIS) – Lei 2621/1998
- 2.2) Realização de Obras de Urbanização e Inserção da Favela no Bairro- 2003
- 3) PROGRAMA PAPEL PASSADO – Secretaria de Planejamento da União (SPU) – 2004
- 3.1) Registro dos títulos de compra e venda nos Cartórios de Registro de Imóveis e na Secretaria Regional do Patrimônio da União / RJ.

#### **CONTATOS:**

Dados obtidos por meio de contato telefônico e via e-mail, no mês de janeiro de 2005, com a Gerência Técnica da Coordenadoria de Programas Especiais da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Gerente: Claudia Nascimento

Socióloga: Márcia Freitas.

E-mail: fundiaria.iplan@pcrj.rj.gov.br

Tel: (21) 25033043.

Informações obtidas através de contato telefônico, no mês de fevereiro de 2005, com Antonio Carlos Machado, analista de finanças e controle da Gerência Regional da Secretaria de Patrimônio da União.

E-mail: Antonio.c.machado@planejamento.gov.br

Tel: (21) 38052502

#### **BIBLIOGRAFIA:**

Publicação e-solo – Os caminhos da Regularização Urbanística e Fundiária na Cidade do Rio de Janeiro. Parceria Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/ Escritório Regional para América Latina e o Caribe do UN- HABITAT – Outubro de 2003.

Pesquisa e Textos: Adriana de Araújo Laranjeira.

Informações obtidas pelo site da prefeitura do Rio de Janeiro: [www.rio.rj.gov.br/habitacao](http://www.rio.rj.gov.br/habitacao), consultado em 20/01/05 e pelo site do Ministério das Cidades: [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br).

#### **ANEXO VI**

#### **Alteração Contratual Nº1 Contrato 1241/OC-BR**



INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

entre o

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

e o

MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

com garantia da

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

INSTRUMENTO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL celebrado entre o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (a seguir denominado "Banco") e o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (a seguir denominado "Mutuário"), com a intervenção da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (a seguir denominada "Fiador").

### ARTIGO PRIMEIRO

Ficam introduzidas as seguintes modificações no Contrato de Empréstimo 1241/OC-BR, celebrado em 29 de março de 2000 entre o Banco e o Mutuário (a seguir denominado o "Contrato"), relativo ao Programa de Urbanização de Assentamentos Populares do Rio de Janeiro, "Favela-Bairro" – Segunda Etapa (PROAP II) ("Programa"):

1. A Seção 3 da Introdução das Disposições Especiais do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

"As partes concordam que a execução do Programa e a utilização dos recursos do financiamento do Banco serão efetuadas totalmente pelo Mutuário, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Habitação (SMH), a seguir denominada "Órgão Executor", ou "SMH", com a colaboração da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, a seguir denominada "SMDS", da Secretaria Municipal de Educação, a seguir denominada "SME" e da Secretaria Municipal de Fazenda, a seguir denominada "SMF"."

2. A Cláusula 4.06 das Disposições Especiais do Contrato passa a vigorar com a seguinte redação:

**"CLÁUSULA 4.06. Contratação de consultores, profissionais ou especialistas.** (a) O Mutuário escolherá e contratará diretamente os serviços de consultores, profissionais ou especialistas que sejam necessários para dar cumprimento às disposições pertinentes deste Contrato, de acordo com o procedimento estabelecido no Anexo C.

(b) Em aditamento ao método de Seleção Baseada na Qualidade (SBQ) descrito no Anexo C, acrescentam-se os seguintes métodos de seleção de serviços de consultoria que poderão ser usados durante a execução do Programa:

- (i) Seleção Baseada na Qualidade e no Preço (SBQP).

1241/OC-BR  
Alteração No. 1

- (1) Este método consiste na inclusão do preço e do mérito técnico como fatores de avaliação. O mérito técnico, a critério do Órgão Executor e do Banco, não poderá ter peso inferior a 80% ou a 70% e o preço não poderá ter peso superior a 20% ou a 30% dos fatores de seleção. As percentagens de ponderação de mérito técnico e preço deverão constar dos documentos de pré-qualificação e seleção dos serviços de consultoria ou Convites de Seleção de Propostas. O objeto da seleção deverá ser adjudicado ao proponente cuja oferta tenha recebido a melhor avaliação e o contrato respectivo apenas poderá ser objeto de ajustes não substanciais. Dever-se-á seguir esse método de seleção nos seguintes casos: (i) quando os serviços de consultoria não forem muito complexos; (ii) quando o impacto dos referidos serviços não implicar graves consequências; ou (iii) quando, devido à natureza da consultoria, for provável que as ofertas apresentadas sejam de qualidade similar.
- (2) O seguinte procedimento será seguido quando se utilize a SBQP:
  - (aa) Serão, primeiro, ponderadas as propostas de preço. Conceder-se-á um maior número de pontos à proposta de preço mais baixo e às restantes um número de pontos inversamente proporcional. Em seguida serão ponderadas as propostas técnicas, em função dos critérios estabelecidos nos Documentos de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas. Uma vez ponderadas as propostas técnica e de preço, será atribuída uma avaliação global de acordo com os pesos relativos indicados nos Documentos de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas;
  - (bb) O objeto da seleção será adjudicado ao proponente cuja oferta (proposta técnica mais proposta de preço) obtenha a melhor avaliação global. Em seguida, o referido proponente deverá ser convidado para a formalização do respectivo contrato.
- (ii) Seleção Baseada no Menor Preço (SBMP). Este método consiste em utilizar o preço como fator determinante da adjudicação. O objeto do concurso de seleção será adjudicado ao proponente cuja oferta contenha o menor preço. O contrato respectivo poderá ser modificado apenas com relação a cláusulas não substanciais. Esse método deve ser utilizado somente quando para os serviços de consultoria pertinentes existirem práticas e normas bem estabelecidas e quando os referidos serviços forem simples e rotineiros. Quando esse método for utilizado, o procedimento seguinte deverá ser seguido:
  - (aa) Serão abertas as propostas técnicas. Ponderadas as referidas propostas, serão determinadas quais as que alcançam o mínimo em pontos especificado nos Documentos de Pré-Seleção, de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas. Em seguida, serão apenas abertas as ofertas de preço cujas respectivas

propostas técnicas alcancem o mínimo de pontos. Todas as propostas técnicas, neste caso, serão consideradas em igualdade de condições;

- (bb) Serão avaliadas as propostas de preço e o objeto do concurso de seleção será adjudicado ao proponente, cuja oferta de preço for a mais baixa. Em seguida, o referido proponente será convidado para a formalização do referido contrato.

(iii) Seleção quando o Preço da Consultoria for prefixado (SPF). Este método consiste em utilizar a proposta técnica como fator exclusivo de avaliação, sendo o respectivo preço prefixado. O preço prefixado não será objeto de negociação podendo, entretanto, no contrato respectivo, ser efetuados ajustes não substanciais. Esse método somente será utilizado quando os serviços de consultoria forem simples, puderem ser definidos com precisão e existirem restrições orçamentárias. Quando se utilizar esse método deverá ser adotado o seguinte procedimento:

- (1) Serão primeiras ponderadas as propostas técnicas, em função dos critérios estabelecidos nos Documentos de Seleção ou nos Convites para a Apresentação de Propostas, já que o que será verificado é se o preço da proposta técnica melhor avaliada não é superior ao previamente fixado. O objeto da seleção será adjudicado ao proponente cuja proposta técnica for a melhor avaliada e o preço não exceder o estabelecido no orçamento oficial e nos Documentos de Seleção ou nos convites para apresentação de propostas. Em seguida o mencionado proponente será convidado para a formalização do referido contrato.
- (2) Será desqualificado o proponente que propuser um preço acima do orçamento prefixado, ainda que apresente a melhor proposta técnica. Neste caso, deverá ser aberto o envelope da proposta de preço do proponente que apresentar a segunda melhor proposta técnica e assim por diante."

3. O parágrafo 2.03 do Anexo A passa a vigorar com a seguinte redação:

"2.03 Este componente consiste em melhorar o desenvolvimento físico, psicológico e social de crianças e adolescentes de até 18 anos, moradores nos assentamentos beneficiados pelo Programa mediante ações predominantemente preventivas direcionadas prioritariamente a crianças de até 6 anos. Serão financiáveis as seguintes atividades: (i) atenção a crianças de até 4 anos: (creches); (ii) atenção a crianças entre 4 e 6 anos: (atividades de caráter educativo, artístico, cultural e desportivo); (iii) retenção escolar de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos: (atividades de promoção e educação familiar, reforço escolar, formação cultural e desportiva); (iv) formação de agentes jovens; (v) atenção a famílias com crianças beneficiadas pelo Programa; e (vi) atenção a crianças e adolescentes em situação de alto

*risco*: (atividades de reinserção social de crianças e adolescentes envolvidos com a gravidez precoce, o uso de drogas, a prostituição, a violência doméstica e outras infrações).”

4. O parágrafo 2.04 do Anexo A passa a vigorar com a seguinte redação:

“O objetivo deste componente é aumentar a qualificação técnica e a competitividade dos moradores das áreas priorizadas pelo Programa, aumentando assim sua capacidade de obter trabalho e gerar renda. Serão realizadas ações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), as quais incluem: (i) capacitação: bolsas para cursos profissionais, assistência técnica a profissionais autônomos e a microempresários; (ii) apoio à gestão de unidades produtivas: compra de equipamentos e provisão de assistência técnica a cooperativas populares, microempresários e trabalhadores; (iii) aumento da escolaridade: programas de complementação escolar, principalmente para adultos, abrangendo cursos de alfabetização, ensino primário e secundário.”

5. O parágrafo 4.01 do Anexo A passa a vigorar com a seguinte redação:

“O Órgão Executor deste Programa será a Secretaria Municipal de Habitação (SMH). A Secretaria Municipal de Fazenda estará encarregada da gestão financeira do Programa, a Secretaria Municipal de Educação (SME) estará encarregada da gestão das atividades vinculadas à atenção de crianças de até 4 anos (creches), e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) estará encarregada das demais atividades do componente de Atenção a Crianças e Adolescentes, bem como do componente de Geração de Trabalho e Renda.”

6. O parágrafo 6.04 do Anexo A passa a vigorar com a seguinte redação:

“Para a execução da capacitação profissional do componente de Geração de Trabalho e Renda, a SMDS pré-qualificará e cadastrará as entidades educativas que ofereçam os cursos técnicos identificados pelo Programa e poderá utilizar o sistema de vales com os quais os beneficiários pagarão os cursos oferecidos por estas entidades.”

## ARTIGO SEGUNDO

Ratificam-se as demais disposições do Contrato, que permanece em pleno vigor, com o texto resultante das alterações mencionadas no Artigo Primeiro deste Instrumento de Alteração Contratual.

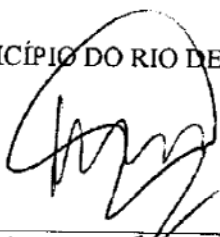
1241/OC-BR  
Alteração No. 1

### ARTIGO TERCEIRO

O Fiador manifesta, expressamente, sua integral concordância com todas as disposições deste Instrumento de Alteração Contratual.

EM TESTEMUNHO DO QUE, o Banco, o Mutuário e o Fiador, agindo cada qual por intermédio do seu representante autorizado, firmam este Instrumento de Alteração Contratual em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, o qual entrará em vigor na data da última das três assinaturas conforme indicado abaixo.

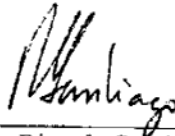
MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO



Nome: CESAR EPITÁCIO MAIA  
Título: PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Data: 01 de março de 2004

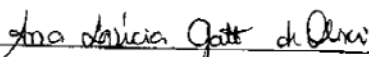
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO



Ricardo Santiago  
Gerente  
Departamento Regional de Operações I

Data: 01-03-2004

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Nome: Ana Lúcia Gatto de Oliveira  
Título: Procuradora da Fazenda Nacional

Data: 29 SEP 2004

## ANEXO VII

### Investimentos por Domicílio: valores médio, mínimo e máximo e comunidades com valores extremos

(Fonte: SMH 18/10/2006)

Valores em US\$	Regulamento Operacional		Investimento Realizado		
	Máximo	Médio	Mínimo <sup>1</sup>	Máximo <sup>2</sup>	Médio
Favelas	4.500,00	3.800,00	1.214,61	6.451,31	2.751,56
Loteamentos	3.500,00	2.600,00	1.660,49	5.995,19	4.059,77

#### 1. COMUNIDADES COM VALOR MÍNIMO : FAVELA PAU DE BANDEIRA LOTEAMENTO SÍTIO SANTA ISABEL

Comunidade	Nº Domicílios	Tipo da intervenção	Investimento Total		Investimento Médio	
			R\$	US\$	R\$	US\$
Pau da Bandeira	1.158	Obras	3.442.181,83	1.340.614,08	2.972,52	1.157,70
		Aquisições	138.904,00	59.339,72	119,95	51,24
		Indenizações	16.496,00	6.562,83	14,25	5,67
		Desapropriações	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>3.597.581,83</b>	<b>1.406.516,62</b>	<b>3.106,72</b>	<b>1.214,61</b>

Comunidade	N° Domicílios	Tipo da intervenção	Investimento Total		Investimento Médio	
			R\$	US\$	R\$	US\$
Sítio Santa Isabel	200	Obras	965.849,32	323.707,49	4.829,25	1.618,54
		Aquisições	-	-	-	-
		Indenizações	26.252,00	8.390,40	131,26	41,95
		Desapropriações	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>992.101,32</b>	<b>332.097,90</b>	<b>4.960,51</b>	<b>1.660,49</b>

#### 2. COMUNIDADES COM VALOR MÁXIMO: FAVELA PQ. DEI CASTILHO LOTEAMENTO ESTRADA DO MAGARÇA

ESTRUTURAÇÃO E CUSTEIO DA OBRAS						
Comunidade	Nº Domicílios	Tipo da intervenção	Investimento Total		Investimento Médio	
			R\$	US\$	R\$	US\$
Pq. União Dei Castilho	697	Obras	11.089.458,99	4.017.195,80	15.910,27	5.763,55
		Aquisições	1.111.419,00	374.789,48	1.594,58	537,72
		Indenizações	304.433,00	104.579,44	436,78	150,04
		Desapropriações	-	-	-	-
		Total	12.505.310,99	4.496.564,72	17.941,62	6.451,31

Comunidade	Nº Domicílios	Tipo da intervenção	Investimento Total		Investimento Médio	
			R\$	US\$	R\$	US\$
Estrada do Magarça	351	Obras	6.055.353,01	2.042.014,92	17.251,72	5.817,71
		Aquisições	17.000,00	6.007,92	48,43	17,12
		Indenizações	169.423,00	56.289,35	482,69	160,37
		Desapropriações	-	-	-	-
		<b>Total</b>	<b>6.241.776,01</b>	<b>2.104.312,19</b>	<b>17.782,84</b>	<b>5.995,19</b>

Conforme indicado no sub-item 4.3 do item II (Contexto) e no item (a) do item IV (Implementação), o Regulamento Operacional estimou um custo médio por família nas favelas de US\$ 3.800 e um custo médio de US\$ 2.600 nos loteamentos. Na atual execução registrou-se um custo médio inferior por família (US \$2.751) nas favelas e um custo médio superior (US\$ 4.059) nos loteamentos. Entre os fatores responsáveis para essa diferença destacam-se: (i) a densidade habitacional por área total servida muito inferior nos loteamentos em comparação a densidade nas favelas, (ii) o custo elevado de implantar infra-estrutura urbana em áreas mal drenadas, brejosas ou periodicamente alagadas, típico de diversas áreas de loteamentos irregulares, e (iii) a demanda e necessidade de implantar obras e serviços nos loteamentos não originalmente previstas e portanto não considerados as estimativas durante a preparação.